



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
INCUBADORA UNIVERSITÁRIA DE EMPREENDIMENTOS
ECONÔMICOS E SOLIDÁRIOS
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COM
ÊNFASE EM ECONOMIA SOLIDÁRIA NO SEMIÁRIDO PARAIBANO**

AURINETE DE MELO ARAÚJO

**ASSOCIATIVISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO MEIO RURAL:
UM ESTUDO DE CASO NA ASSOCIAÇÃO DOS CRIADORES
DE CAPRINOS DE SUMÉ**

**SUMÉ - PB
2017**

AURINETE DE MELO ARAÚJO

**ASSOCIATIVISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO MEIO RURAL:
UM ESTUDO DE CASO NA ASSOCIAÇÃO DOS CRIADORES
DE CAPRINOS DE SUMÉ.**

**Monografia apresentada ao Curso de
Especialização em Jovens e Adultos com
Ênfase em Economia Solidária no
Semiárido Paraibano como requisito
parcial para obtenção do Título de
Especialista.**

Orientadora: Professora Mestra Thelma Flaviana Rodrigues dos Santos.

**SUMÉ - PB
2017**

A659a Araújo, Aurinete de Melo.

Associativismo e políticas públicas no meio rural: um estudo de caso na Associação dos Criadores de Caprinos de Sumé . / Aurinete de Melo Araújo. Sumé - PB: [s.n], 2017.

63 f.

Orientadora: Professora Mestra Thelma Flaviana Rodrigues dos Santos.

Monografia - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano.

1. Associativismo. 2. Associação dos Criadores de Caprinos – Sumé - PB. 3. Políticas públicas rurais. I. Título.

CDU: 334.73(043.1)

AURINETE DE MELO ARAÚJO

ASSOCIATIVISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO MEIO RURAL: UM ESTUDO DE
CASO NA ASSOCIAÇÃO DOS CRIADORES DE CAPRINOS DE SUMÉ

Monografia apresentada ao Curso de Especialização
em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em
Economia Solidária no Semiárido Paraibano, como
pré-requisito para a obtenção do título de
especialista.

Data da Aprovação 24 / Maio / 2017

Banca Examinadora

Thelma Flaviana Rodrigues dos Santos

Orientadora: Thelma Flaviana R. dos Santos

Paulo César Diniz

Examinador 1: Paulo César Diniz – UFCG/CDSA

Mário Henrique Guedes Ladosky

Examinador 2: Mário Henrique Guedes Ladosky – UFCG

Dedico este trabalho a um agricultor em especial, o meu PAI, neto e filho de agricultor criou seus cinco filhos trabalhando na roça. É associado na Associação dos Criadores de Caprinos de Sumé, e através dele dedico também a todos os agricultores criadores de caprinos que fazem parte desta Associação que assim como ele acorda logo cedo para ordenhar suas cabras.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus pelo dom da vida, pela fé e perseverança para vencer os obstáculos.

Aos meus pais, pela orientação e dedicação, que mesmo com a sua humilde educação, sempre me incentivaram a progredir em minha formação, como forma de evolução de meus conhecimentos.

Aos meus irmãos pelo incentivo e apoio.

Ao Meu companheiro, por me motivar a concluir este curso de especialização, e pela compreensão pelos momentos de minha ausência física enquanto me dedicava ao estudo.

A minha orientadora professora Thelma Flaviana R. dos Santos, pela sua disponibilidade, e pela prestabilidade com que me ajudou durante todo este trabalho.

Aos professores que aceitaram compor a banca examinadora do meu trabalho.

A todos os professores do curso EJAECOSOL que contribuíram com a minha aprendizagem.

À minha turma por todos os momentos de aprendizagem compartilhados fora e dentro da sala de aula.

Aos produtores rurais associados na ACCS, e principalmente aos sete produtores que me cederam um pouco do seu tempo para que eu pudesse realizar as entrevistas.

Ao Presidente da ACCS, pelo convite para participar das reuniões no momento da realização da minha pesquisa.

E a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a conclusão desta etapa.

MEU SERTÃO SERTANEJO.

Sou um caboclo da roça,
Sou um pacato roceiro,
Vivo na minha palhoça,
Trabalho o dia inteiro.

De manhã tem café quente,
Do velho fogão de lenha,
Para que o peito eu esquente,
Pra começar a ordenha.

Eu me orgulho do que faço,
Com muita satisfação,
Não sinto qualquer cansaço,
Dessa minha profissão.

Sou matuto, sou roceiro,
Caboclo sem muito estudo,
Nesse sertão, vivo e cuido,
Desse meu chão Brasileiro.

(Márcio Souza)

RESUMO

O presente trabalho é o resultado de uma pesquisa de campo referenciada em pressupostos teóricos relacionados às implicações práticas das políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar e o associativismo rural, tendo como foco principal a análise do Programa Leite da Paraíba. Nosso objetivo de estudo buscou identificar as implicações desta política para a Associação dos Criadores de Caprinos de Sumé/PB e conhecer a percepção dos seus associados acerca dos pontos positivos e negativos da mesma. O mesmo consiste num estudo de caso que proporcionou a análise dessa pesquisa. A análise do trabalho se baseia em coletas de dados presenciais através da observação não participante em reuniões mensais na ACCS nos meses de fevereiro e março de 2017, bem como, uma entrevista realizada com 10% dos produtores associados na mesma. Neste sentido, é elencada uma série de questões tais como: o significado de associativismo, grau de conhecimento de políticas públicas voltada para o produtor rural, os benefícios propiciados pelo programa leite da Paraíba para os associados na ACCS, os pontos positivos e negativos desta política e a contribuição do Programa Leite da Paraíba na economia local e na melhoria de vida da comunidade. Os resultados aqui obtidos mostram que, para os agricultores familiares que fornecem leite para o Programa, o modo de organização através do associativismo facilita a convivência do grupo, a organização e busca de parceria, os agricultores percebem o Programa Leite da Paraíba como uma política pública que vem ajudando na melhoria de vida do agricultor familiar, embora reconhecendo que está política traz seus pontos negativos, como: um teto financeiro que estabelece um valor fixo semestral para cada produtor, que é considerado pelos mesmos um valor baixo para a sobrevivência da família, mas reconhecem também a importância do Programa para movimentar a economia do município e a melhoria de vida da comunidade. Consideramos que este trabalho traz contribuições para refletir sobre as políticas públicas voltadas para o produtor rural, e para que o poder público local veja a ACCS como uma organização que vem contribuindo com o desenvolvimento do município, podendo incentivar esses produtores, através de apoio, e ações direcionadas para os mesmos.

Palavras - chave: ACCS. Associativismo. Agricultura Familiar. Políticas Públicas.

ABSTRACT

This work is the result of a field research referenced in theoretical assumptions related to the practical implications of public policies driven to family agriculture and rural associativism, having as main focus the analysis of the Milk Program of Paraíba. Our study subject was to identify the implications of this policy for the Goat Breeders' Association of Sumé - PB and to learn the perceptions of its associates about its positive and negative points. This work is a case study that provided the analysis of this research. The analysis of this work is based on face-to-face data collection through non-participant observation in monthly meetings at ACCS in February and March 2017, as well as in an interview with 10% of the farmers. In this sense, many issues are listed, such as: the meaning of associativism, the degree of knowledge of public policies directed to rural producers, the benefits offered by the Paraíba milk program for associates in the ACCS, the positive and negative aspects of this policy and the contribution of the Paraíba Milk Program to the local economy and the improvement of life in rural communities. The results obtained show that, for the family farmers who provide milk for the Program, the way of organizing through associativism facilitates the coexistence of the group, organization and search for partnership, farmers realize the Milk Program of Paraíba as a public policy which has been helping to improve the life of the family farmer, although recognizing that this policy brings its negative points, such as: a financial ceiling that establishes a biannual fixed amount for each producer, which is considered by them a low value for the survival of the family, but they also recognize the importance of the Program to help the economy of the municipality and improve community life. We believe that this work brings contributions to reflect on the public policies driven to farmers, and for the local public power to see the ACCS as an organization that has been contributing to the development of the municipality, being able to encourage these farmers, through support, and actions driven to them.

Keywords: ACCS. Associativism. Family farming. Public policies.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACCS	Associação dos Criadores de Caprinos de Sumé
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
ES	Economia Solidária
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMEPA	Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MDSA	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
MST	Movimento Sem Terra
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEAD	Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDH	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano
SENAES	Secretaria Nacional da Economia Solidária
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SIES	Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Número de Associados distribuídos por gênero.....	37
Gráfico 2 -	Prática de atividades além da agricultura.....	39
Gráfico 3 -	Representação das principais fontes de renda dos associados pesquisados.....	40
Gráfico 4 -	Representação de tempo de associação dos agricultores na ACCS.....	42
Gráfico 5 -	Contribuição da associação para melhoria da qualidade de vida dos associados.....	44
Gráfico 6 -	Benefícios do programa do leite da Paraíba.....	48
Gráfico 7 -	Desvantagens referentes ao programa leite da Paraíba.....	49

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 FUNDAMENTAÇÃO TEORICA.....	14
2.1 Modo de produção Capitalista, Economia Solidária e Associativismo	14
2.2 Associação de produtores rurais e agricultura familiar	21
2.3 Políticas Públicas voltadas a Economia Solidária e ao Produtor Rural.....	24
2.3.1 Pronaf	27
2.3.2 Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.....	31
2.3.3 Programa PAA Leite	32
3 METODOLOGIA.....	33
2.1 Coleta de dados.....	35
3.2 Campo da pesquisa.....	36
3.3 Sujeito da pesquisa.....	37
3.4 Análise dos dados.....	37
4 ASSOCIAÇÃO DOS CRIADORES DE CAPRINOS DE SUMÉ E O PAA LEITE	35
4.1 O cenário e os sujeitos da pesquisa sob a observação do pesquisador	36
4.2 As implicações das políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar e o associativismo rural com foco para ACCS.....	37
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS	56
APENDICE A.....	61
APENDICE B.....	64

1 INTRODUÇÃO

O Semiárido Nordestino é uma região marcada pela escassez de água, onde nos últimos cinco anos (de 2012 a 2017) as chuvas que caem nesta região são sempre abaixo da média. Esse fenômeno acaba contribuindo para a pobreza no meio rural dessas localidades, onde a sobrevivência se torna cada vez mais difícil para o pequeno produtor rural. Diante disso, há uma necessidade de se pensar em alternativas que visem à valorização da atividade agrícola, considerando a importância do agricultor para o desenvolvimento local e regional.

Como alternativas para sobrevivência do homem no campo, o pequeno produtor busca sua autonomia, através da união de vários produtores, onde se busca associar interesses comuns entre eles, é a partir desse ponto que se forma as associações e cooperativas, como forma de organização para a melhoria da qualidade de vida do agricultor familiar.

Um pouco mais recente surge como nova forma de agregação social a Economia Solidária, que tem por princípios a autogestão, o trabalho coletivo, e a solidariedade. Através da união das pessoas formam-se grupos organizados, como força para reivindicar políticas públicas voltadas para o agricultor familiar.

De acordo com Grisa e Schneider (2015, p.21) “[...] a agricultura familiar ou ‘os pequenos agricultores’ – como eram denominados até cerca de duas décadas atrás – sempre estiveram às margens das ações do Estado brasileiro, [...]”. Ou seja, historicamente, estes são sujeitos que se deparavam com as desigualdades sociais, sendo ignorados pela maioria da sociedade e pelo governo. Por falta de incentivo, muitos acabavam partindo para as periferias das grandes cidades em busca de oportunidades de trabalho e meios para sustentar suas famílias.

No tocante as políticas públicas voltadas para pequenos produtores rurais, até o surgimento da constituição de 1988 não se falava em ações em prol desse setor, o qual sempre necessitou de atenção, pois, no caso do Nordeste, se trata de uma classe desprovida de recursos hídricos, essencial para sobrevivência no meio rural, de recursos técnicos, financeiros e de conhecimentos tecnológicos para o desenvolvimento do meio rural.

Após a constituição de 1988, começam a surgir políticas públicas de incentivo ao setor rural, direcionadas para o pequeno produtor. Grisa e Schneider (2015, p.20) dizem que:

[...] a constituição de 1988 incitou novos espaços de participação social e reconheceu direitos; a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (Pronaf) em 1995 desencadeou a emergência de outras políticas

diferenciadas de desenvolvimento rural; a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1999, e da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) no interior deste em 2001, institucionalizaram a dualidade da estrutura agrária e fundiária no país; e, em 2006, foi regulamentada a Lei da Agricultura Familiar que reconheceu a categoria social, definiu sua estrutura conceitual e passou a balizar as políticas públicas para este grupo social.

As conquistas mencionadas tornam o meio rural atraente para o pequeno produtor. Os incentivos propiciados pelas políticas públicas fazem com que esses sujeitos tenham meios para sobreviver no campo com suas famílias, o que diminui a taxa de migração para o meio urbano.

Diante do cenário exposto, este estudo visa analisar as implicações práticas das políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar e o associativismo rural do estado da Paraíba, tendo como foco principal a análise do Programa Leite da Paraíba, que faz parte do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Através de um estudo de caso, buscou-se identificar as implicações desta política para a Associação dos Criadores de Caprinos de Sumé/PB (ACCS) e conhecer a percepção dos seus associados acerca dos pontos positivos e negativos da mesma. Para se chegar a este, têm-se o caminhar nos objetivos específicos, que são: Conhecer a gênese do empreendimento estudado; Conhecer a forma de produção e comercialização utilizada pelos produtores associados da ACCS; e identificar as vantagens e desvantagens que o programa PAA Leite apresenta para os produtores de leite de cabra, associados na ACCS.

A motivação para tal pesquisa parte primeiramente de um anseio pessoal, por se tratar de um grupo de sujeitos com o qual tenho um contato direto no meu dia a dia, tendo em vista que trabalho em uma usina que faz o beneficiamento de leite de cabra da região e conseqüentemente da produção destes produtores. Durante alguns anos tenho presenciado muitas vezes o esforço de cada produtor para permanecer e manter sua família no campo por meio dessa atividade.

Por outro lado, o mundo capitalista em que vivemos nos obriga a procurar outros meios de sobrevivências, pois, cada vez mais, o individualismo se mostra presente em meio à competitividade dos mercados produtores e consumidores, e o pequeno produtor acaba ficando para trás. Neste sentido buscam-se incentivos por parte do setor público que possibilite outras formas de trabalhar, onde o trabalho seja reconhecido e valorizado dando condição de viver de uma forma digna e satisfatória no meio rural.

Para isso é preciso buscar práticas inovadoras através de cursos, palestras, diálogo uns com os outros, políticas públicas que fortaleçam a agricultura familiar, ou seja, através de

troca de saberes, de ações voltadas para o coletivo, de grupos organizados e motivados é que se pode transformar a forma de trabalhar e gerar renda, e assim formar um grupo que trabalha satisfeito e cooperando uns com os outros.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo iremos dialogar com alguns autores para reforçar nossas análises e reflexão a respeito dos pontos discutidos neste trabalho, tais como: o modo de produção Capitalista, Economia Solidária e Associativismo; Associação de produtores rurais e agricultura familiar; Políticas Públicas voltadas a Economia Solidária e ao Produtor Rural, o Pronaf, o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e o Programa PAA Leite.

2.1 Modo de produção capitalista, Economia Solidária e Associativismo

O capitalismo é o modo de produção hegemônico na sociedade atual, onde as classes se dividem em donos dos meios de produção e os que vendem sua força de trabalho. O mundo gira em torno deste mecanismo, o capitalismo está presente em tudo, na religião, no mundo do trabalho, na produção, na comercialização, enfim em tudo que faz parte da sociedade. Esse modelo de economia que se desenvolveu ao longo do século XVIII e XIX permanece até os dias de hoje.

Segundo Singer (2002, p. 07):

O capitalismo se tornou dominante há tanto tempo que tendemos a tomá-lo como normal ou natural. O que significa que a economia de mercado deve ser competitiva em todos os sentidos: cada produto deve ser vendido em numerosos locais, cada emprego deve ser disputado por numerosos pretendentes, cada vaga na universidade deve ser disputada por numerosos vestibulandos, e assim por diante.

De certa forma nos tornamos escravizados pelo sistema capitalista, que está sempre dominando e impondo a forma de nos posicionarmos diante dele, e nos obrigando a viver em uma constante competição de uns com os outros o tempo todo. A própria estrutura e funcionamento do capitalismo implica na desigualdade entre as classes, fomentando valores como o individualismo e a competitividade. Partindo desse pensamento, Singer (2002, p. 08 - 09) vem dizer que:

[...] o capitalismo produz desigualdade crescente, verdadeira polarização entre ganhadores e perdedores. Enquanto os primeiros acumulam capitais, galgam posições e avançam nas carreiras, os últimos acumulam dívidas pelas quais devem pagar juros cada vez maiores, são despedidos ou ficam desempregados até que se tornam inempregáveis, o que significa que as derrotas os marcaram tanto que ninguém mais quer empregá-los. [...] O que acaba produzindo sociedades profundamente desiguais.

Em meio a tantas turbulências que vem fortalecendo a crise dos últimos tempos, as desigualdades entre as pessoas tendem a aumentar cada vez mais, com o crescente número de desempregados, as classes populares são as mais afetadas e muitas vezes passam a acreditar que são perdedores, onde os ganhadores serão sempre os chefes, os patrões.

Sobre essa desigualdade social, os que mais se prejudicam são os subordinados, os explorados, que para Cruz (2001)

Ocorre que o público alvo dos programas é composto pelo extrato populacional mais frágil sob todos os pontos de vista: são os deserdados do capital, do conhecimento e do poder. São pessoas que precisam resolver o problema da sua alimentação no dia seguinte, sempre. Que têm muito pouca familiaridade com lápis e papel, que dirá com textos e livros. E cuja capacidade de aprendizagem está diretamente ligada à experiência prática imediata dos conhecimentos adquiridos. Mas ainda não é só: sua cultura é a cultura da subordinação, do clientelismo, do assalariamento, da desproteção, do individualismo. (CRUZ, 2001, p.126).

Pode-se perceber que não trata-se de uma cultura coletiva ou de solidariedade, levando a condições de alienação, a produzir e reproduzir no cotidiano produtos e serviços, em que a concorrência desleal do mercado e a perseguição das instituições controladoras pelo grande capital dominam as diversas organizações, fortalecendo ainda mais o capitalismo.

Com isso, a dinâmica capitalista causa a desigualdade social, provocando a exclusão de uma determinada parcela da população, que está a sombra de um sistema que aflora uma difícil situação existencial, como é o caso dos pequenos agricultores.

Diante desse cenário, os trabalhadores ou classes populares passam a procurar alternativas que garantam sua sobrevivência e uma vida digna, e em meio à crise, partem em busca de alternativas, uma delas é a união dessas classes, onde todos tenham o mesmo objetivo, lutar contra o desemprego e diminuir as desigualdades. Segundo Singer (2002, p. 9) “para que tivéssemos uma sociedade em que predominasse a igualdade entre todos os seus membros, seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva”.

Para tanto, é preciso à colaboração de todos no sentido da organização, no modo de produzir, comercializar, consumir, ou seja, à medida que os sujeitos começam a se organizar enquanto grupos coletivos associados, vão se fortalecendo e ganhando espaço na sociedade.

Como proposta de alternativa ao modelo capitalista vigente em diversos setores de produção e comercialização surge a Economia Solidária (ES), que é baseada nos princípios do trabalho coletivo, da autogestão e da posse coletiva dos meios de produção, com finalidade de proporcionar condições de trabalho e de vida daqueles que adotam esse modelo de economia.

A importância da ES está na emancipação de uma economia baseada não somente nos princípios das pessoas envolvidas atualmente como também na preocupação com a sustentabilidade das gerações futuras.

Para Cruz (2001) a economia solidária é toda iniciativa econômica que engloba trabalhadores (as) associados (as) em torno de alguns objetivos ou características, que são: apresenta caráter coletivo das experiências, generalização de relações de trabalho não assalariadas, exercícios do controle coletivo do empreendimento, e inserção cidadã das iniciativas de respeito ao meio ambiente e ao consumidor, articulação política com outras economias solidárias, denúncia de mecanismos antiéticos de mercado, entre outras.

No entanto, esse fenômeno econômico é resultante de condições e tendências históricas de um vasto mercado de trabalho brasileiro, principalmente resultante do movimento popular dos anos 70 e 80, que perpassam pelos antigos líderes comunitários ou sindicais, pessoas ligadas a partidos de esquerda, igrejas progressistas, iniciativas articuladas por meio do Movimento dos Sem Terras (MST), e outros movimentos e momentos que tornam a economia solidária um fenômeno econômico e um movimento social (CRUZ, 2001).

Santos (2016) conta que o fortalecimento do movimento da ES do final da década de 1980 e no decorrer de 1990 possibilitou um amplo espaço para o diálogo dos militantes desta área com as instâncias do governo, fomentando a economia solidária que, recentemente, conta com agentes governamentais, por meio de criação de estruturas políticas públicas específicas, englobando as esferas locais e estaduais, incluindo ainda o plano federal de Economia Solidária, tendo como ápice a criação da Secretaria Nacional da Economia Solidária (SENAES) em 2003.

Nesse período, haviam cooperativas tradicionais que adotam um trabalho assalariado e as cooperativas de fachadas que são originárias de terceirização de empresas tradicionais, driblando a legislação trabalhista e as políticas públicas atuais no nosso país. Este tipo de administração preocupa bastante, pois a ES estava vinculada em uma produção familiar onde às pessoas possam a adquirir o próprio sustento como também produzi-los para um coletivo maior através de vendas do excedente ou troca por outro produto. Para reforçar esse pensamento Singer (2002, p. 10) afirma que:

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito a liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja

reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda. (SINGER, 2002, p. 10).

Esse modelo de economia resgata a autoconfiança dos indivíduos, e os encoraja a seguir esse novo modo de produzir com solidariedade, como diz Nascimento (2011, p. 35), “[...] nas vivências de trabalho associado, as pessoas atribuem sentidos ao vivido ou realizado; assim de forma mais abrangente, é fundamental que transformem suas vivências pregressas e atuais em experiências propriamente formadoras”. Ainda sobre esse modelo de economia, Singer (2002, p. 21) traz que:

A autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes. Participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual se está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura.

Em síntese, a proposta Economia Solidária visa estimular o desenvolvimento local, valorizar as diversidades, harmonizar a relação do ser humano com o meio ambiente e exercitar a solidariedade, se encarregando de fazer uma articulação entre os interesses individuais aos coletivos.

As iniciativas de economia solidária, que segundo Cruz (2001, p. 126) são tomadas por meio de uma comparação com unidade produtiva de uma família de agricultores, criticam os momentos que não garantem a emancipação e autonomia de grupos, que são as situações seguintes:

1. Organizar os trabalhadores, social e politicamente para a economia solidária, sem lhes oferecer os recursos materiais e técnicos necessários aos seus empreendimentos, é como lhes oferecer um quinhão de terra e mais nada;
2. Da mesma forma, oferecer conhecimento técnico e crédito sem um acompanhamento permanente das iniciativas, capaz de dar concretude àquilo que os trabalhadores “aprenderam” nos cursos, significa abandona-los à própria sorte, tão logo recebam suas ferramentas, sobre as quais mal foram informados sobre suas possibilidades de uso;
3. Oferecer a esses trabalhadores instrumentos técnicos, sem revolucioná-los culturalmente, no sentido da solidariedade, significa apenas mostrar-lhes possibilidades intangíveis para suas condições concretas;
4. Ajudar a constituir iniciativas sem alertá-las da necessidade de se organizarem politicamente para os enfrentamentos a que estarão sujeitas, é permitir que o peso da institucionalidade e do mercado atuais possam cair sobre elas sem qualquer impeditivo, sem qualquer anteparo que lhes permita resistir ao moinho satânico da ‘livre economia’.

Com essas críticas, deve-se levar em consideração que os grupos exerçam um trabalho articulador e de organização de grupos pelas próprias comunidades que permita a formação de

um enlace concreto de solidariedade entre os trabalhadores das iniciativas. Este impasse leva a uma auto-organização, centralizando as cooperativas populares.

Assim, com um trabalho articulador e centralizado, a ES poderá levar a diminuição do desemprego, já que haverá mais adeptos a este tipo de organização. De acordo com Cruz (2001, p. 125), o programa de economia solidária pode-se unir a um combate ao desemprego através de uma econômica ação descentralizada do Estado, em que existem duas vertentes: “para uns, a economia solidária é uma estratégia de transformação; para outros, uma política emergencial em meio a uma situação econômica conjunturalmente desfavorável”.

Com isso, muitos dos setores devem ofertar recursos que fomentem a ES, com parceria entre Ministérios, Secretarias e Órgãos Públicos, que possibilitam a execução de ações voltadas a ES.

Para Santos (2016) é de suma importância que haja estas parcerias para uma formação sólida de uma rede de gestores públicos atuando na economia solidária, explicando e buscando a viabilização de desenvolvimento e aplicação das políticas públicas de economia solidária no país.

A crise mundial que se instalou nos últimos anos, desencadeou uma crise nacional, que repercutiu nos diversos setores do Governo da presidenta Dilma, entretanto, naquele momento, não atingiu fortemente o movimento da economia solidária, que até a saída de Dilma não retrocedeu nas conquistas alcançadas, estando incluída na política nacional, a ES passou a integrar o Plano Plurianual por meio do Programa de Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Econômico, regido pela Lei 12.593/2012. Porém no governo de Michael Temer observou-se um corte significativo para programas de fomentação da ES, envolvendo mudanças de políticas econômicas do país, diminuindo a atenção que esta iniciativa econômica tinha em governos anteriores (SANTOS, 2016).

O Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) foi desenvolvido pela SENAES sob a coordenação da Comissão Gestora Nacional com parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, que tem por finalidade identificar e registrar informações de empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio e fomento à economia solidária e políticas de economias solidárias no Brasil (SENAES, 2013).

Os objetivos do SIES são (SENAES, 2013. p. 01):

- a) Constituir uma base nacional de informações em economia solidária com identificação e caracterização de Empreendimentos Econômicos Solidários e de Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária;

- b) Fortalecer e integrar Empreendimentos Econômicos Solidários em redes e arranjos produtivos e organizativos nacionais, estaduais e territoriais, através de catálogos de produtos e serviços a fim de facilitar processos de comercialização;
- c) Favorecer a visibilidade da economia solidária, fortalecendo processos organizativos, de apoio e adesão da sociedade;
- d) Subsidiar processos públicos de reconhecimento da economia solidária;
- e) Subsidiar a formulação de políticas públicas;
- f) Subsidiar a elaboração de marco jurídico adequado à economia solidária; e
- g) Facilitar o desenvolvimento de estudos e pesquisas em economia solidária.

Nosso país realizou três rodadas nacionais de identificação e caracterização dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), o primeiro foi realizado em 2005, mapeando 14.954 ESS, o segundo em 2007 identificando 6.905 EES, e o último foi realizado entre 2010 e 2012 com um total de 11.663 EES mapeados, resultando, nos três levantamentos, a identificação de 33.518 EES no Brasil (SANTOS, 2016).

Considerando o SIES 2010-2012, que teve uma base completa com informações de 19.708 EES, é possível perceber a forma de organização mais frequente no Brasil, como pode ser observado no quadro 01 a seguir.

Quadro 01 - tipo de organização

Forma de Organização	Quantidade	%
Grupo Informal	6.018	30,5
Associação	11.823	60,0
Cooperativa	1.740	8,8
Sociedade mercantil	127	0,6
Total	19.708	100

(Fonte: SENAES, 2013, p. 2)

É possível perceber com esse levantamento que 60% dos empreendimentos identificados pela SENAES são associações, seguidos de 30% de grupos informais, 8,8 de cooperativas e 0,6 são sociedades mercantis. Assim, percebe-se que cerca de 70% dos EES estão classificados com grau de formalização (SENAES, 2013).

Trazendo para a realidade do Nordeste do país, o levantamento mostrou que 8.040 dos EES estão nessa região, representado 40,8% do total, e são distribuídos como segue no quadro 02. Ainda, 5.804 EES são da área rural, 1.554 urbanas e 682 rurais e urbanas (SENAES, 2013).

Quadro 02 - Distribuição dos EES na região Nordeste

Forma de Organização	Quantidade
Grupo Informal	1.675
Associação	5.969
Cooperativa	368
Sociedade mercantil	28
Total	8.040

(Fonte: SENAES, 2013, p. 2)

Foi determinado no levantamento através da seção de Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), que o comércio atacadista de leite e laticínios apresenta um total de 283 EES no Brasil; e na agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura na criação de bovinos para leite têm-se 531 EES (SENAES, 2013).

Uma das principais formas de expressão da ES é justamente o associativismo, onde encontramos as associações de agricultores com suas características e demandas próprias.

O portal do Ministério da Agricultura nos traz que:

O associativismo se constitui em alternativa necessária de viabilização das atividades econômicas, possibilitando aos trabalhadores e pequenos proprietários um caminho efetivo para participar do mercado em melhores condições de concorrência. Com a cooperação formal entre sócios afins, a produção e comercialização de bens e serviços podem ser muito mais rentáveis, tendo-se em vista que a meta é construir uma estrutura coletiva das quais todos são beneficiários.

Neste momento surge uma camada popular com muitos anseios e perspectiva, pois são pessoas que tem enfrentado mudanças no seu modo de vida, devido as constantes crises econômicas que acaba trazendo o desemprego e conseqüentemente grandes mudanças no cotidiano de vida dos sujeitos.

Esses acontecimentos fazem com que as pessoas afetadas por esses desajustes sociais procurem outras formas de permanecer na ativa e com um espaço na sociedade, deixando de ser excluídos. Por isso, na maioria das vezes saem em busca de uma oportunidade e passa constituir associações ou cooperativas com a finalidade de formar grupos organizados em prol de um mesmo objetivo, pois um grupo organizado tem mais facilidade de alcançar suas metas. No portal do Ministério da Agricultura ainda diz que:

Os pequenos produtores, que normalmente apresentam as mesmas dificuldades para obter um bom desempenho econômico, têm na formação de associações um mecanismo que lhes garante melhor desempenho para competir no mercado. Transformar a participação individual e familiar em participação grupal e comunitária se apresenta como uma alavanca, um mecanismo que acrescenta

capacidade produtiva e comercial a todos os associados, colocando-os em melhor situação para viabilizar suas atividades. A troca de experiências e a utilização de uma estrutura comum possibilitam-lhes explorar o potencial de cada um e, conseqüentemente, conseguir maior retorno financeiro por seu trabalho.

Neste sentido o associativismo surge como uma forma de organização dos indivíduos ou comunidades que tem como objetivo defender os interesses de todos de uma forma justa e igualitária bem como tornar-se uma classe forte perante a sociedade. Singer (2005, p. 16) diz que:

[...] Se apenas um indivíduo adotar comportamento cooperativo em uma sociedade em que predomina a competição, ele será esmagado economicamente e vice-versa: se apenas um se comportar competitivamente onde predomina a Economia Solidária, ele será visto como egoísta e desleal pelos demais que o excluirão do seu meio.

Diante disso, surge a necessidade dos sujeitos se organizarem de forma coletiva em associações ou cooperativas em busca de oportunidade para voltarem a ter uma melhoria na sua qualidade de vida, e assim exercer sua cidadania e reconstituírem suas vidas e de suas famílias.

2.2 Associação de produtores rurais e Agricultura familiar

A agricultura desenvolvida por pequenos produtores rurais proporciona um significativo potencial de avançar nas comunidades rurais, bem como uma razoável parcela de contribuição na produção de alimentos que abastece os canais de distribuição nos centros urbanos. Para atender essas expectativas o produtor rural carece de incentivos, estes que depende de políticas públicas de apoio que acelere o desenvolvimento do trabalho dos produtores rurais.

As associações representam o espaço com maior potencial para avançar na melhoria das condições sociais do produtor e é através de grupos organizados coletivamente que o sujeito se torna autoconfiante para buscar seus direitos junto ao poder público.

A Cartilha do Associativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sobre associações de produtores rurais, traz informações importantes para entender essa forma de organização:

A união dos pequenos produtores em associações torna possível a aquisição de insumos equipamentos com menores preços e melhores prazos de pagamento, como também o uso coletivo de tratores, colheitadeiras, caminhões para transporte, etc.

Tais recursos, quando divididos entre vários associados, tornam-se acessíveis e o produtor certamente sai lucrando, pois reúne esforços em benefício comum, bem como o compartilhamento do custo da assistência técnica do agrônomo, do veterinário, de tecnologias e de capacitação profissional (BRASIL, 2008, p. 29).

Neste sentido, à medida que o produtor toma consciência de que os sujeitos organizados em coletivo torna-se um grupo forte perante a sociedade e isso lhe garante o acesso a certos benefícios, o produtor procura se associar, passando a ser representado pela associação a qual faz parte, isso facilita as negociações para adquirir créditos junto a bancos de fomentos, na compra de equipamentos e insumos e principalmente na comercialização de sua produção.

Ainda, é possível perceber que quanto menores os gastos para cada um dos produtores da associação, maior será a lucratividade, pois os custos com aquisição de máquinas e matéria prima reduz, fazendo com que acelerem o processo de produção e obtenham produtos com menores custos possíveis, inserindo no mercado maior quantidade de produto.

Segundo a Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead) o termo “a Agricultura Familiar” tem dinâmica e características distintas em comparação à agricultura não familiar. Nela, a gestão da propriedade é compartilhada pela família e a atividade produtiva agropecuária é a principal fonte geradora de renda. Ou seja, esse termo vem demonstrar à forma como o pequeno produtor rural se organiza em termos social, cultural, econômico e ambiental, onde suas atividades no meio rural são de base familiar, desenvolvidas em pequenos empreendimentos rurais de sua propriedade ou de terceiros, onde toda mão de obra e administração é feita pelos próprios membros da família e o resultado do trabalho sustenta a todos.

Para se definir um empreendimento como EES, é necessário que este tenha algumas características, como: ser organizações coletivas, suprafamiliares, cujos sócios são trabalhadores urbanos ou rurais; ser organizações permanentes e não práticas eventuais; ser organizações que podem dispor ou não de registro legal, prevalecendo a sua existência real ou a vida regular da organização; ser organizações que realizem atividades econômicas de produção de bens, prestação de serviços, de fundos de créditos, comercialização e de consumo solidário; e ser organizações econômicas singulares ou complexas (OLIVEIRA, A. A. R, 2016).

Com isso, percebe-se que para ser um EES é necessário que haja uma natureza coletiva, permanente, singular ou complexa, que distribua atividades entre todos os participantes, gerando bens e serviços, fundos de crédito, comercialização e consumo

solidário. Logo, um pequeno grupo familiar de produtores agropecuários só poderá ser alocado como EES quando decidirem realizar atividades de comercialização coletiva, adotando a Economia Solidária.

Experiências de organizações da atividade econômica, segundo princípios solidários, não são um fenômeno recente na história, mas, nas últimas décadas, houve uma renovação do interesse pelo tema. No campo das práticas, observa-se uma diversidade de formas econômicas, nas quais as pessoas se associam para produzir e reproduzir meios de vida, com base em relações de reciprocidade e igualdade (OLIVEIRA. A. A. R. 2016, p. 86).

Por estas razões, muitos dos pequenos produtores rurais desenvolveram o interesse pela ES, para que através de uma união proporcionar melhoria na vida social, econômica e coletiva.

Mas, para que isso acontecesse houve muita luta do movimento sindical rural, assim, houve uma mudança de nomenclatura de pequena produção rural para agricultura familiar nos primeiros anos da década de 1990. A partir de então o pequeno produtor rural passou a ser um pouco mais notado diante do poder público, pois é a partir daí que o Estado começou a formular políticas específicas voltadas para os pequenos produtores rurais ou agricultores familiares.

Em 1995 nasce o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), programa esse que trata de políticas específicas para o setor ao qual se enquadra o pequeno produtor rural. De acordo com a Sead (BRASIL, 1995).

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País.

Para o setor que abrange a agricultura familiar o programa surge como um avanço positivo, passando a incentivar o produtor a investir na propriedade, buscar recursos financeiros através de financiamentos rurais a juros bem inferiores aos de mercado. Tendo em vista que, para a sobrevivência do agricultor e da família na propriedade é necessária que faça algum tipo de investimento para a melhoria da convivência e permanência no empreendimento rural, pois esses sujeitos tem uma relação particular e de pertencimento com a terra, seu modo de vivência, tanto de trabalho quanto de moradia.

A sanção presidencial da Lei da Agricultura Familiar (Lei nº 11.326/2006) é sancionada no ano 2006. No seu Art. 1º. Esta Lei estabelece os conceitos, princípios e

instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (BRASIL, 2006, art. 1º).

Com a Lei decretada, o produtor passa a seguir algumas regras e critérios de enquadramento para obter os benefícios advindos das políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar, onde esses sujeitos passam a ter direitos e deveres decretados por lei.

2.3 Políticas Públicas voltadas à Economia Solidária e ao Produtor Rural

No Brasil havia uma necessidade e depois de muitas lutas de classes (trabalhadores) de criar políticas públicas específicas para atender aos pequenos estabelecimentos rurais, que se caracterizassem como cultivo da terra e demais meios de produção que fossem suficientes para gerar excedente econômico agrícola que pudesse garantir uma receita adequada para o sustento das famílias que dependem do que produzem no campo para sua sobrevivência.

Para Grisa e Schineider (2014) os pequenos agricultores sempre estiveram às margens das ações do Estado brasileiro, considerando sua fragilidade diante das opções de desenvolvimento perseguidas no país, tendo sua incrementação a partir da Constituição de 1988, conquistando espaço de participação social e reconhecendo seus direitos, sendo assim contempladas com políticas públicas voltadas para este público.

Ainda, houve a necessidade da criação de políticas públicas para a agricultura familiar, para que pudessem aprofundar os processos de organização da produção e apoio à construção de mercado, tendo em vista a importância de um mercado consolidado para o agricultor familiar, para que estes não fiquem dependentes e vulneráveis aos canais de venda da sua produção.

[...] em 2006, foi regulamentada a Lei da Agricultura Familiar que reconheceu a categoria social, definiu sua estrutura conceitual e passou a balizar as políticas públicas para este grupo social. Não raro, o Brasil é destacado por organizações internacionais multilaterais pela estrutura política e institucional que construiu ao longo dos anos para a agricultura familiar, cujos formatos, objetivos e políticas têm sido ‘exportados’ para outros países (GRISA e SCHINEIDER, 2014, p. 127).

Peres e Martins (2015) afirmam que existem políticas públicas para o fomento e desenvolvimento das EES que foram criadas com caráter educativo, através de formações que abordassem diferentes áreas. Ainda, essas políticas devem reconhecer o fortalecimento da organização social dos trabalhadores, objetivando contribuir para a erradicação da pobreza, reconhecer e fomentar as diferentes formas de organizativas dessa economia, e promover a

integração de várias políticas públicas, para que deem suporte na busca de entidades de apoio e fomento.

Deve existir a evolução da própria sociedade, reconhecendo sua própria existência de indivíduos, envolvendo a construção de padrões e luta por novos direitos de inclusão, de cidadania e de distribuição social através de políticas públicas. Com isso, o Estado deve propor novas propostas para propulsionar maior igualdade da agricultura familiar, pois sem os instrumentos adequados não é possível a perpetuação das políticas públicas voltadas para a economia solidária, tornando-se esparsas e sem continuidade (RICHTER & SILVEIRA, 2014).

Martins et al. (2016) retratam que a ES é vista por agricultores como principal meio de gestão coletiva e democrática, e que mesmo estando presente na vida de associações, consideram a existência do coletivismo para a produção, suprindo as necessidades da falta de produto entre os agricultores, pois a ES auxilia no interesse dos membros de uma associação envolvida no assunto.

Desta forma, existem vantagens em se trabalhar de modo cooperativo em relação ao trabalho individual, pois a economia solidária tem ganhado um olhar agregador na possibilidade de novas formas de produção e organização do trabalho e do mercado, e a agricultura familiar deve participar de organizações que permitam esse tramite que com a ajuda das políticas públicas, haverá progressão, estando este momento vinculado ao associativismo.

No tocante as políticas públicas, as que mais se destacam ultimamente para beneficiar o pequeno produtor rural estão atreladas ao Pronaf e ao PAA, através desses programas os produtores são beneficiados de alguma forma, seja na aquisição de créditos e financiamentos os quais possibilita a manutenção da propriedade e investimentos na mesma, como também na comercialização da produção através da compra direta ao produtor sem a interferência do atravessador.

Fazendo parte do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, destaco o PAA Leite, foco deste estudo, este tem sua importância tanto para pessoas em situação de insegurança alimentar quanto para o produtor rural que trabalha na área da bovinocaprinocultura da região Nordeste do país.

Pensando no desenvolvimento local, a agricultura familiar vem se destacando como forma estratégica de desenvolvimento, tendo em vista que, os agricultores familiares são responsáveis pela produção de boa parte dos produtos que compõem a cesta básica que alimenta a população. Para fortalecer esse seguimento e garantir o desenvolvimento local,

O governo brasileiro, com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), optou pelo enfoque territorial como elemento norteador de políticas públicas especialmente aquelas voltadas para o desenvolvimento rural e para a agricultura familiar. (TONNEAU & CUNHA, 2005, p. 46)

Neste sentido os governos das três esferas (Federal, Estadual e Municipal), começam a pensar e direcionar políticas públicas, como é caso das compras governamentais, que favoreçam o homem do campo, valorizando o setor rural e dando condições da permanência desses sujeitos no campo, estes que lutam incansavelmente por melhorias no campo que os auxilie na produção e sua permanência no espaço rural.

De acordo com Caniello, Caniello e Melo (2016, p. 83) “[...] recentemente as compras governamentais vêm se firmando como uma política pública importante em nível mundial, pois articulam o estímulo à agricultura familiar e a segurança alimentar de beneficiários de programas institucionais [...]”. Com esse estímulo o produtor rural é motivado a trabalhar e permanecer no campo, contribuindo assim com o desenvolvimento das comunidades rurais.

Caniello, Caniello e Melo (2016, p. 83), também destacam que;

[...] o governo brasileiro criou o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em 2003 e inovou o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) por meio da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que determina que no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a merenda escolar deve ser utilizado na compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar.

Com a Lei nº 11.947/2009 em vigor determinando que os gestores das três esferas do poder público comprem produtos produzidos pelos agricultores familiares através da compra direta pelo PNAE para abastecer o estoque da merenda escolar, merenda esta que acaba alimentando, entre outros, os filhos dos próprios agricultores. O PNAE é um programa que favorece o produtor rural com a compra de seus produtos, visto que, na maioria das vezes, o agricultor acaba encontrando dificuldades para comercializar sua pequena produção no mercado privado devido às exigências e burocracia, por terem uma produção em pequena escala acaba não se encaixando no modelo capitalista vigente, como também, contribui com o desenvolvimento local, pois, além do capital gerado pela a venda dos produtos, o que é produzido no município é consumido no próprio município. Caniello, Caniello e Melo (2016, p. 84) dizem que:

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), cujas origens remontam aos anos 1940, é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e visa à transferência, em caráter suplementar, de recursos financeiros aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, destinados a suprir, parcialmente, as necessidades nutricionais dos alunos. É considerado um dos maiores programas na área de alimentação escolar no mundo e é o único com atendimento universalizado.

No entanto existem conflitos em alguns casos, entre os gestores municipais e os agricultores familiares para a efetivação das ações promovidas para atingir o objetivo do Programa Nacional de Alimentação Escolar, onde por um lado, segundo Caniello, Caniello e Melo (2016, p. 92) “Os prefeitos reclamam, sobretudo, dos valores repassados pelo PNAE”. Em contra ponto a esse argumento Caniello, Caniello e Melo (2016, p. 92) traz que, “[...] os camponeses e suas organizações consideram que este argumento é falacioso e sugerem que os gestores preferem adquirir os produtos de distribuidores, aventando a possibilidade de interesses políticos e econômicos particularistas estarem envolvidos nesse processo”.

Desse modo, é necessário uma compreensão do programa como um todo e uma adesão por ambas às partes, pois quando há um trabalho conjunto, em que os interesses são negociados e o gestor municipal tem visão e vontade política, acreditando que tais ações visam à desconcentração de renda e ao fortalecimento da economia local, é possível realizar projetos com resultados positivos, bem como os agricultores familiares acreditarem também na proposta para o desenvolvimento local.

2.3.1 Pronaf

Antes de se adentrar no Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) é essencial que se considere questões que merecem discussão e cuidado, evitando distorções sobre a reprodução da agricultura familiar, sem referência a numerosas e complexas dificuldades operacionais que “certamente surgiriam na tentativa de viabilizar uma gestão social em contexto altamente estratificado e hierarquizado próprio das relações sociais no campo brasileiro” (CARNEIRO, 2013, p. 71).

As bases englobadas no Pronaf fazem jus às referências de experiências europeias, principalmente dos franceses, que elevaram a agricultura familiar a uma forma de produção, e no pós-guerra modernizou a produção da agricultura e da sociedade rural em geral.

O Pronaf foi direcionado ao pequeno produtor rural, surgindo logo após a promulgação da Constituição Federal de 1988. A respeito da sua instituição os autores Aquino e Schneider (2011, p. 57) dizem que:

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foi instituído oficialmente através do decreto presidencial no 1.946, de 28 de junho de 1996, sendo concebido com a finalidade de apoiar o desenvolvimento rural, tendo como fundamento o fortalecimento da agricultura familiar, como segmento gerador de emprego e renda.

A partir daí o desenvolvimento no campo começa a modificar de forma lenta, tanto no aspecto produtivo e econômico quanto no comportamento dos agricultores, pois estes começam a adquirir novos valores, conhecer outras culturas, e assim começa a mudança da nomenclatura de produção camponesa para produção familiar.

Para Mattei (2016) o Pronaf surgiu a partir das distorções e exclusões de parte dos segmentos de produtores rurais na distribuição do crédito rural no Brasil, no ano de 1996, com o objetivo de estimular a expansão da agricultura familiar, se expandindo para todo o território brasileiro, criando vínculos agrícolas entre diversos produtores rurais.

O Pronaf era visto como um modelo de desenvolvimento sustentável, na qual o governo:

Atribui à agricultura um papel central na promoção do desenvolvimento econômico nacional e na melhoria das condições de vida da população ('contribuir para a redução das desigualdades espaciais e sociais; gerar renda de forma desconcentrada; criar ocupações produtivas nos setores situados antes, dentro e depois da porteira; reduzir a migração campo-cidade; gerar divisas; contribuir para uma maior competitividade da economia nacional [...]') (CARNEIRO, 2013, p. 75).

Desta forma, a agricultura familiar era elevada a um patamar de produção, superando a agricultura patronal, ou seja, aquela agricultura que adotava empregados permanentes ou temporários, e assim, fortalecendo o pequeno e médio agricultor no Brasil.

Mattei (2016, p. 58) apresenta que o Pronaf foi criado com o propósito de:

Reivindicação das organizações dos trabalhadores rurais que demandavam a formulação e a implantação de políticas de desenvolvimento rural específicas para o maior segmento da agricultura brasileira, porém o mais fragilizado em termos de capacidade técnica e de inserção nos mercados agropecuários.

Com isso esses momentos de anseios dos agricultores passaram a ser caracterizados por organizações e suas lutas, tornando um papel decisivo na implantação de programas, o

acesso a serviço do sistema financeiro nacional, deixando a negligência dos governos para com os agricultores rurais.

Grisa, Wesz Junior e Buchweitz (2014) ressaltam que na atualidade os critérios para o ingresso de pessoas no programa são:

- Explorar parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, comodatário, parceiro, concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária ou permissionário de áreas públicas;
- Residir no estabelecimento ou em local próximo;
- Não deter área superior a quatro módulos fiscais;
- Que no mínimo 50% da renda bruta familiar seja originária da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento;
- Ter o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, podendo contratar mão de obra sazonal ou manter empregados permanente em número menor que o número de pessoas da família ocupadas como empreendimento familiar;
- Ter obtido renda bruta familiar nos últimos 12 meses de até R\$ 360 mil reais.

2.3.2 Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

O PAA é um programa destinado ao produtor rural que tem por objetivo fomentar a compra dos diversos tipos de alimentos produzidos pelos agricultores familiares, entre eles o leite, sendo que, o produtor não tem a obrigação de passar por processo de licitação para vender os produtos em instituições governamentais, esses alimentos são destinados para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, como também são destinadas as redes públicas de ensino, saúde e assistência social.

De acordo com Takagi (2010, p. 71), o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar é:

[...] uma das ações estruturais para garantir a vinculação da produção local com o maior consumo de alimentos. O Programa foi elaborado ao longo do primeiro semestre e lançado em julho, com a aprovação da Lei n. 10.696/2003, integrando o primeiro Plano Safra da Agricultura Familiar 2003/2004, com os objetivos de: incentivar a agricultura familiar, por meio da remuneração adequada da produção; recompor um estoque mínimo de produtos da cesta básica com a compra direta e antecipada da produção nas próprias regiões de consumo; e distribuir os alimentos para populações em situação de risco alimentar.

O programa foi criado a partir de 2003 com o objetivo de garantir à população que esteja em insegurança alimentar e nutricional o acesso a alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, de modo a promover a inclusão do campo através do fortalecimento da agricultura familiar, e ainda promover o abastecimento institucional com alimentos para os mais variados fins, como alimentação escolar e de creches, e constituir estoques estratégicos (BRASIL, 2003).

Assim, cooperativas ou associações de agricultores familiares, vendem seus produtos para o governo, através da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Após adquiridos, os produtos são entregues diretamente aos consumidores, como: restaurantes populares, cozinhas comunitárias, unidades de apoio à distribuição de alimentos da agricultura familiar, mercados populares, redes sócio assistenciais, governamentais que atendam a população em risco (SOARES *et al.*, 2013).

Procurava-se aumentar a renda e a inclusão econômica e social dos agricultores familiares, criando novos canais de venda, no mais das vezes de abrangência regional, os chamados circuitos curtos de comercialização. Ao mesmo tempo, os alimentos adquiridos pelo poder público deveriam ser destinado ao consumo de parcelas da população em insegurança alimentar (OLIVEIRA, J. A. 2016, p. 15).

Assim, com a criação do PAA foi proposta uma elevação da renda dos agricultores familiares, na qual, por meio de preços de comercialização mais altos, combate a desnutrição e a insegurança alimentar, muitos dos agricultores puderam progredir, distribuindo produtos e serviços para setores e instituições públicos como forma de alimentação alternativa, como merenda escolar e restaurante popular.

2.3.3 Programa PAA Leite

O PAA leite faz parte do Programa de Aquisição de Alimento, este que tem grande impacto na vida de uma parcela de pessoas de baixa renda, tanto aquelas que são beneficiadas com a doação de um litro de leite/dia, quanto para o pequeno produtor rural que vende o leite ao governo. A RESOLUÇÃO N° 74, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2015 (BRASIL, 2015) em seu Art. 3° trata dos objetivos do PAA-Leite:

- I - contribuir, como complementação, para o abastecimento alimentar de famílias que estejam em situação de vulnerabilidade social e/ou em estado de insegurança alimentar e nutricional por meio da distribuição gratuita de leite;
- II - fortalecer o setor produtivo local e a agricultura familiar, garantindo a compra do leite dos agricultores familiares, com prioridade para aqueles agrupados em

organizações fornecedoras e/ou inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, a preços justos. (BRASIL, 2015).

De acordo com os objetivos do PAA Leite, o programa busca atender de forma social a famílias carentes, com crianças com idade de 0 a 7 anos e a idosos, e reduzir a mortalidade e a desnutrição infantil através da doação do leite durante os sete dias da semana. Com relação à aquisição do leite, a compra é feita aos pequenos produtores rurais ou agricultores familiares que se adequa ao Pronaf, via compra direta ao produtor, sendo este um dos beneficiados, pois tem um mercado certo para comercializar sua produção. A estratégia operacional envolve arranjos produtivos que enfocam as potencialidades regionais, o associativismo e a sustentabilidade ambiental, favorecendo a geração de emprego e renda no ambiente agropecuário, com melhorias nos investimentos dos sistemas produtivos da caprinocultura e da bovinocultura leiteira (MOURA, 2009).

O programa PAA Leite tem uma parceria entre os governos Federal e Estadual. A “resolução Nº 74/2015” em seu Art. 4º - diz que: O PAA-Leite pode ser executado por órgãos ou entidades da administração pública estadual, direta ou indireta, por meio de convênio celebrado com a União, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS.

No estado da Paraíba existe uma parceria entre a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano (SEDH) e o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), onde dentro da SEDH tem-se a Secretaria Estadual de Segurança Alimentar e Economia Solidária (SESAES) que é responsável pelo PAA Leite no estado da Paraíba e pelas políticas públicas voltadas para agroecologia, agricultura familiar e Economia Solidária.

No site do Governo do Estado da Paraíba, no campo da SEDH, conta que o PAA:

Proporcionar a agricultura familiar subsídio para a produção através do Programa de Aquisição de Alimento modalidade: Compra Direta Local da Agricultura Familiar com distribuição simultânea, comprando a produção estabelecida através de acordo entre o produtor da agricultura familiar, o Estado e o governo federal responsável por este Programa (GOVERNO DA PARAÍBA, 2016).

Ainda, o objetivo vinculado à SESAES que engloba a agricultura familiar diz respeito a: viabilizar o uso de energias alternativas para a agricultura familiar; e estimular a produção e comercialização de produtos fitoterápicos junto às agricultoras e agricultores familiares (GOVERNO DA PARAÍBA, 2016).

As diretrizes do programa PAA Leite no estado da Paraíba estabelecem que, todo o leite a ser processado e distribuído deve ser originário de agricultores familiares residentes no

Estado e devidamente cadastrados pelo programa; todo produtor para fazer o cadastro para fornecer o leite para o Programa tem que fazer parte de uma associação; todo produtor para fornecer leite ao Programa tem que tirar sua DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf está que é emitida pela EMATER e abrir uma conta corrente no Banco do Brasil, pois os pagamentos referentes à sua produção são creditados diretamente na conta do produtor.

Os recursos financeiros do governo federal são repassados para o estado, onde, através da Secretária de Desenvolvimento Humano, são feito os pagamentos aos produtores, a cada quinze dias, embora até o momento não se cumpra um calendário certo para pagamento aos agricultores, o que acaba desmotivando também a permanência do produtor nesta atividade.

Na opinião dos entrevistados e com base no caso observado durante a pesquisa podemos acrescentar que, os maiores avanços promovidos pelo Programa se observou na economia dos pequenos produtores rurais, melhorando sua qualidade de vida pela disponibilidade de mercado para absorver sua produção, assim como, ganhos significativos para a economia dos pequenos municípios onde os recursos injetados pelo Programa representam um valor considerável na fonte de renda dos mesmos.

No entanto, o Programa PAA Leite traz algumas regras, que de acordo com Peraci e Bittencourt, (2010, p. 207), para o agricultor familiar enquadrar-se no programa e ter a garantia de compra do seu produto a preço fixo, as exigências são:

- I – produzir no máximo 100 litros de leite/dia, com prioridade para os que produzam uma média de 30 litros/dia;
- II – respeitar o limite financeiro semestral de R\$ 4 mil por produtor beneficiado;
- III – possuir a DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf;
- IV – ter comprovante de vacinação dos animais

Com essas exigências impostas ao agricultor, acaba limitando o seu acesso ao programa, tendo em vista que, uma das exigências acaba frustrando e desmotivando o agricultor familiar, fazendo com que o mesmo busque alternativas para sua permanência no campo, pois o Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos, estabelece um teto financeiro com limite de R\$ 4.000,00 semestral por produtor, e paga R\$ 1,79 por cada litro de leite entregue ao programa, isso quer dizer que, para o produtor fornecer leite ao programa durante todo o semestre ele só vai poder vender ao programa 11 litros de leite de cabra por dia. De acordo com o que é permitido produzir por dia, caso o produtor venha a produzir 100 litros de leite/dia que é a produção máxima permitida, ele só poder vender o seu leite no semestre durante 40 dias, e o restante do semestre precisa se dedicar a outra atividade para poder manter sua família.

3 METODOLOGIA

O processo metodológico da pesquisa possibilitou o atendimento dos objetivos supracitados. Segundo Gonsalves (2007, p. 63), “o processo metodológico se refere ao caminho trilhado para que você atinja os objetivos que definiu.” Para isso é importante qualificar o tipo de pesquisa e direcionar os instrumentos adequados para a coleta dos dados.

No primeiro momento se fez necessário fazer uma pesquisa bibliográfica que possibilitou o diálogo entre teoria e os dados empíricos do caso estudado. Segundo Gil (2010, p.50), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Também foram consultadas legislações sobre o tema abordado e utilizados dados quantitativos secundários sobre a atual situação dos empreendimentos econômicos solidários (EES) rurais do Brasil. Os dados consultados advêm do Mapeamento Nacional de Economia Solidária de 2013, levantados pelo Sistema de Informações de Economia Solidária (SIES), disponíveis no endereço eletrônico do Atlas Digital (<http://sies.ecosol.org.br/atlas>) e no informativo da SENAES.

Esta pesquisa pode ser classificada como um estudo caso do tipo exploratório. Para tanto foi realizada uma pesquisa de campo de natureza qualitativa, tendo em vista que na pesquisa qualitativa o pesquisador tem a possibilidade de interagir em todo o processo de investigação, compreender, interpretar e analisar os dados a partir da significação das informações coletadas acerca do tema em estudo. A pesquisa de campo foi realizada no período de 25 de fevereiro a 31 de março de 2017.

3.1 Coleta de dados

Em se tratando dos instrumentos para coleta de dados, utilizamos primeiramente a observação, pois este instrumento nos permitiu fazer registros de dados importantes para a pesquisa. Segundo Gil (2010, p. 100):

A observação constitui elemento fundamental para a pesquisa. Desde a formulação do problema, passando pela construção de hipóteses, coleta, análise e interpretação dos dados, a observação desempenha papel imprescindível no processo de pesquisa. É, todavia, na fase de coleta de dados que o seu papel se torna mais evidente.

As observações aconteceram a partir do momento em que participei como ouvinte de duas reuniões juntamente com os associados da ACCS, na sede da mesma, estas que

acontecem sempre no último sábado de cada mês. Este contato com os sujeitos protagonista deste estudo foi um momento importante para o desenvolvimento da pesquisa.

Utilizou-se também a entrevista semiestruturada que foi direcionada a um grupo de 07 (sete) associados da ACCS o que representa 10% dos produtores. Optou-se por este número de entrevistados por considerar satisfatório para responder nossas inquietações. Entre os entrevistados 02 (dois) fazem parte da diretoria atual da Associação, sendo o presidente e 01 (um) membro do conselho fiscal, sendo que, esta não foi uma escolha proposital, tendo em vista que, a escolha foi feita aleatória entre os 71 produtores associados.

Este método de coleta de dados nos proporcionou colher mais informações sobre a convivência desses produtores enquanto um grupo que trabalham em coletividade, sobre os aspectos positivos e negativos que as políticas públicas acrescentam para suas vidas enquanto produtor rural. Pois de acordo com Gil (2010, p. 109) “A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação”. As entrevistas foram realizadas individualmente, gravadas, transcritas e feita à análise de qualidade de conteúdo.

3.2 Campo da pesquisa

Esta pesquisa foi realizada na Associação dos Criadores de Caprinos de Sumé – ACCS, constituída por 71 (setenta e um) associados os quais são agricultores familiares e vivem da caprinocultura leiteira, sendo que alguns desenvolvem outras atividades fora da agricultura para complementação da renda familiar.

A sede da associação está localizada na Rua Adamastor Gomes de Araújo, 1047, Bairro do Carro Quebrado, no município de Sumé Paraíba, na microrregião do Cariri Ocidental. De acordo com seu Estatuto, foi fundada no ano de 1999 por um grupo de pessoas que pensava no desenvolvimento da região através da caprinocultura leiteira, a partir daí o grupo foi se organizando e crescendo com a produção de leite de cabra.

Atualmente os produtores vinculados a ACCS chegam a produzir juntos uma média de 25 mil litros de leite de cabra mensal, e vendem toda sua produção para o mercado institucional. Estes produtores se enquadram na categoria da agricultura familiar.

3.3 Sujeito da pesquisa

Os sujeitos da pesquisa são os produtores (as) associados (as) da Associação dos Criadores de Caprinos de Sumé - ACCS. Estes residem e trabalham na zona rural do município em comunidades diferentes, ou seja, são produtores de varias localidades rurais do município de Sumé.

Nesta pesquisa optamos por entrevistar 07 (sete) produtores associados, o equivalente a 10% do total dos associados da ACCS. Por questão de privacidade será resguardado a identidade dos sujeitos entrevistados, nesta pesquisa serão identificados por entrevistado 1, seguindo a numeração de 01 a 07.

3.4 Análise dos dados

E por fim, para a análise dos dados foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, que segundo Richardson (2009, p. 223) “a análise de conteúdo é um conjunto de instrumentos metodológicos cada dia mais aperfeiçoados que se aplicam a discursos diversos”.

Para o desenvolvimento desta pesquisa foi realizada leitura comparativa das entrevistas realizadas com os sujeitos da pesquisa com o que foi discutido no referencial teórico, bem como, sua ordenação, classificação, descrição e discursão. Os resultados obtidos com as entrevistas foram avaliados paralelamente às anotações realizadas durante a fase de observação. A partir dessa análise foram sistematizados os resultados obtidos na pesquisa.

4 ASSOCIAÇÃO DOS CRIADORES DE CAPRINOS DE SUMÉ E O PAA LEITE

Neste capítulo iremos discutir os resultados encontrados na pesquisa, realizando a análise e interpretação dos dados. Essa análise é proveniente do diálogo entre as informações coletadas e a bibliografia sobre a temática em discussão.

Inicialmente será feita uma caracterização da ACCS e seus associados. Em seguida apresentaremos uma análise da observação que foi realizada durante a pesquisa e das entrevistas aplicadas.

4.1 O cenário e os sujeitos da pesquisa sob a observação do pesquisador

A Associação dos Criadores de Caprinos de Sumé - foi criada em setembro de 1999 com sede administrativa na Rua Adamastor Gomes de Araújo, nº 1047, no Bairro do Carro Quebrado, Sumé - situada no Cariri Ocidental, há 264 km da Capital paraibana. De acordo com seu estatuto, o objetivo era unir pequenos produtores criadores de caprinos com o intuito de estimular o desenvolvimento da caprinocultura leiteira na região.

Ainda de acordo com o regimento interno da ACCS, as reuniões entre os associados são realizadas todo último sábado de cada mês na sede da Associação. Durante a pesquisa foi possível participar de duas reuniões com os associados, onde observamos a seriedade como são conduzidas as reuniões e a importância dos assuntos que foram abordados e discutidos pelo o grupo que se fazia presente na ocasião.

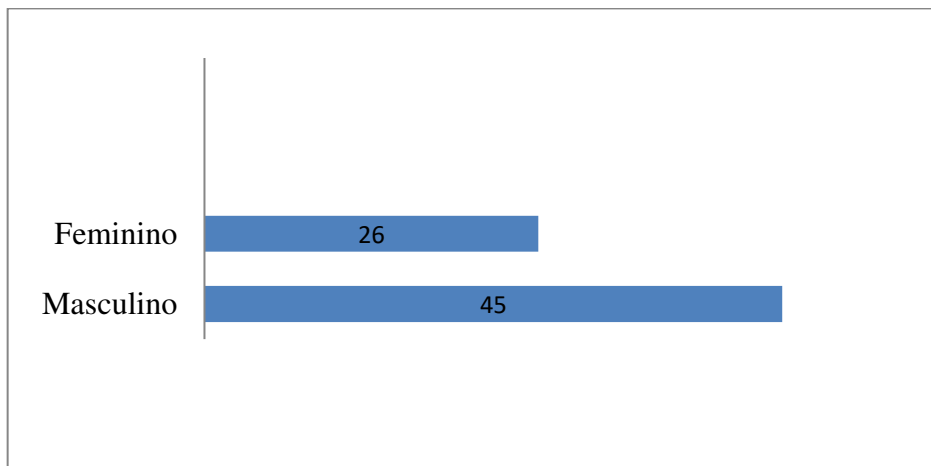
Foi possível observar nestas duas reuniões que a diretoria faz a prestação de contas com muita clareza para os demais membros, destacando as entradas e saídas de recursos financeiros, e fazem novos planejamentos para o mês seguinte juntamente com os associados presentes.

Ainda foram abordados assuntos sobre pesquisa de preço no mercado para a compra de ração, com o objetivo de adquiri-la a um preço mais atrativo; busca de parcerias junto à prefeitura de Sumé para aquisição de uma máquina trituradora de ração, tendo em vistas que os produtores têm pretensões de preparar sua própria ração com a intenção de reduzir custos na produção de leite de cabra; renovação do contrato junto a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano para fornecer o leite para o programa, este que é renovado a cada ano; e cobrança por parte da diretoria, para que os sócios participassem mais das reuniões e das discussões do grupo. Durante a reunião os associados fazem o pagamento da mensalidade do mês, esta que serve para cobrir as despesas com a manutenção da associação e para

renovar a compra de ração. Ao final da reunião os associados assinam uma lista de presença e esta é anexada à ata da reunião onde fica registrado tudo o que se passou durante a reunião.

A ACCS hoje conta com 71 associados, contando com associados tanto o sexo masculino quanto o feminino, sendo que em sua maioria prevalece o sexo masculino como mostra o gráfico abaixo:

Gráfico 1 – Número de Associados distribuídos por gênero



Fonte: Construído com os dados da pesquisa.

Ao observar a relação dos produtores associados na ACCS, verifica-se que do total de 71 produtores associados 26 são do sexo feminino, mesmo sendo casadas ou mantendo união estável, essas mulheres optaram por se associar e participar da associação, tendo em vista que elas também participam ajudando na criação dos caprinos e produção do leite e essa forma de trabalho é o que caracteriza a agricultura familiar.

Para prosseguir com a pesquisa foram entrevistados 07 agricultores familiares, que representam 10% dos associados na ACCS, em que prevaleceu em 100% o gênero masculino.

4.2 As implicações das políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar e o associativismo rural com foco para ACCS

Nesta seção trataremos de apresentar os resultados obtidos na pesquisa a partir do olhar daqueles que vivenciam a realidade dentro do tema discutido, os produtores associados na ACCS.

Quando questionados sobre *o local que residem*, todos afirmaram que tem moradia na zona rural no município de Sumé, distribuídos: um no Sítio Veneza do Juá, um no Sítio Junco, um no Sítio Poço da Pedra, dois no Assentamento Mandacarú (assentamento da reforma agrária), um no Sítio Macambira e um no Sítio Recanto.

Percebe-se que, mesmo que todos residam na zona rural, suas moradias são em localidades diferentes, ou seja, cada produtor reside em um sítio diferente, isso nos leva a refletir sobre a localização da sede da associação que fica situada na zona urbana, entende-se que sua localização irá facilitar o acesso de todos, tendo em vista que os produtores residem e trabalham em localidades diferentes, e a cidade seria o local central para o grupo se reunir.

Em 2002, os produtores da ACCS, começaram a produção do leite para fornecer ao Programa Leite da Paraíba, este que teve seu início neste mesmo ano. Como mostra o relato do entrevistado 04,

Desde 2002, no início que a gente começou produzir o leite para a usina e no primeiro dia eu já comecei a colocar leite, no início as pessoas, os produtores junto com outras pessoas daqui a sociedade do município, a gente se juntou se reuniu e fizemos uma proposta para produzir esse leite, já que também ia existir esse programa, esse programa já tava pra ser lançado né, a gente viu a necessidade também, que a gente tava com a caprinocultura só no corte, perdendo alguma coisa né, e aí foi criada essa associação, na verdade ela já existia, já fazia dois anos que ela existia, só que não tava funcionando alguma atividade, aí a gente se juntou e decidi que cada produtor naquele dia prometeu na data de produzir no mínimo cinco litros de leite, e no primeiro dia chegou a duzentos e cinquenta litros de leite, foi aumentando e aumentando e hoje já tá com mais de mil litros.

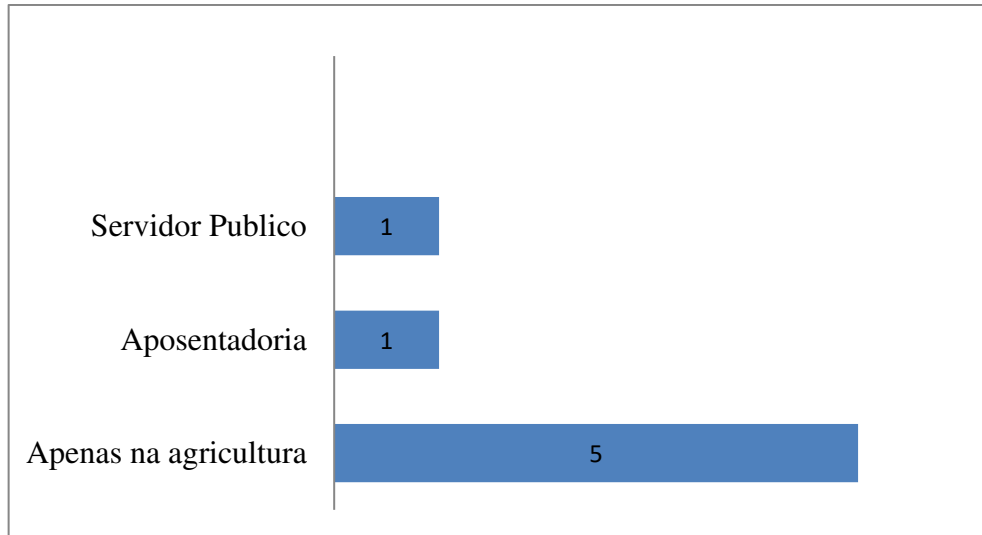
Assim como relata o entrevistado 04, de fato em 2002 já se planejava colocar em prática o PAA Leite, este programa vem beneficiar a região Nordeste, e no Estado da Paraíba leva o nome de “Programa Leite da Paraíba”, o qual fazia parte do Programa Fome Zero, pois de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social:

O PAA foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, no âmbito do Programa Fome Zero. Esta Lei foi alterada pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011 e regulamentada por diversos decretos, o que está em vigência é o Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012. O programa é uma das ações do governo federal para a Inclusão Produtiva Rural das famílias mais pobres (BRASIL, 2016).

Com o intuito de conhecer as práticas produtivas dos agricultores familiares associados na ACCS, procuramos dialogar sobre a *prática de outras atividades além da agricultura praticada por eles*, onde 5 (cinco) agricultores alegaram que trabalhava apenas na agricultura, com plantio e criação de animais de corte e de leite, em que 1 (um),

especificamente o Entrevistado 01, relatou que “além da agricultura sou aposentado”, e o Entrevistado 7 afirmou que “além dos serviços que faço na agricultura com minha família, eu também sou funcionário público”. Como segue no gráfico abaixo.

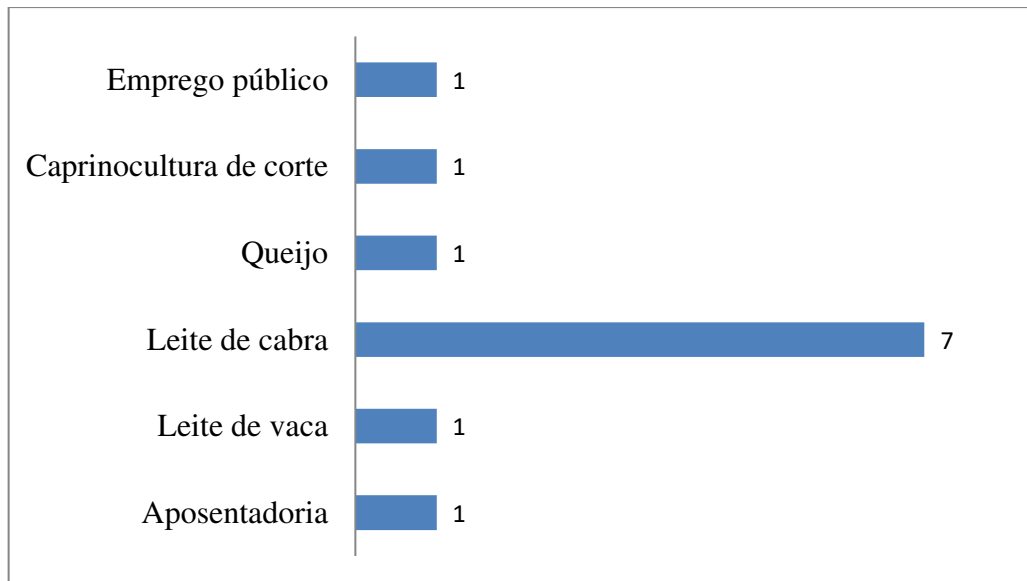
Gráfico 2 – Pratica de atividades além da agricultura



Fonte: Construído com os dados da pesquisa.

Diante dos seus relatos podemos perceber que a maioria dos agricultores familiares associados na ACCS sobrevive exclusivamente dos serviços desenvolvidos na agricultura, estes que mantêm suas famílias e seus animais sem outras fontes de rendas, com exceção de dois que tem como renda fixa a remuneração de serviço público e aposentadoria, para ajudar nas despesas com a família e os animais.

Ao serem questionados sobre *a principal fonte de renda da família do agricultor*, alguns dos entrevistados atestaram que tinham mais de uma renda, mas a principal, é o comércio de leite de cabra que vendem para o programa, alcançando um total dos 7 (sete) entrevistados que tem como renda a produção do leite de cabra, porém afirmam que desenvolvem outras atividades na agricultura para complementar a renda familiar. Outra forma alternativa de renda que apresentaram foram aposentadoria, venda de leite de vaca para o comércio local, produção de queijo, caprinocultura de corte e a remuneração de emprego público. Esses dados podem ser observados no Gráfico 3.

Gráfico 3 - representação das principais fontes de renda dos associados pesquisados

Fonte: Construído com os dados da pesquisa.

Para a maioria dos entrevistados a principal fonte de renda é a venda do leite de cabra para o Programa Leite da Paraíba, mas os mesmos afirmam que é preciso fazer um complemento com outras atividades relacionadas com a agricultura a exemplo da venda de animais na feira livre do município, produção e venda de queijo, etc. Apenas um relatou que sua principal fonte de renda era a aposentadoria, mas era preciso trabalhar na agricultura com o leite de cabra para complementar a renda da família, assim como segue em relato “É a aposentadoria né, mais só ela não dá, aí tem que trabalhar na agricultura pra ajudar”.

Quando perguntado aos entrevistados sobre *quais as atividades na agricultura que eles mais exercem, e a mais importante para o sustento da família*, os produtores relataram como segue no quadro abaixo, que:

Quadro 3 - Atividade que exerce na agricultura e a mais importante

Entrevistado 01	“Ah, eu trabalho na agricultura com a criação de ovinos e caprinos de leite, e a mais importante é a criação das cabras de leite, porque eu vendo o leite e já é uma grande ajuda.”
Entrevistado 04	“É a caprinocultura de corte e o leite, uma complementa a outra.”
Entrevistado 05	“Assim, tem quer ser o leite né, planto né, faço plantio de sorgo, milho, e o leite de cabra.”
Entrevistado 07	“Na agricultura eu trabalho com a criação de animais, compro e vendo animais na feira, vendo o leite das cabras. Esse é o mais importante, a venda do leite para o programa”.

Fonte: Própria do autor (2017).

Desta forma, percebe-se que nos casos citados, e nos demais, a principal atividade na agricultura e o comércio de leite de cabra, o que não impede de alguns deles praticarem outras formas de atividades agrícolas. Os produtores estão sempre buscando desenvolver outras atividades nas suas propriedades para fazer o complemento da renda familiar.

Quanto à atuação dos agricultores na ACCS, buscamos identificar sua percepção sobre *qual é o significado de associação para o produtor*, o Entrevistado 04 sustenta que:

Associação é um órgão de associativismo que facilita uma parceria, um convívio. Uma organização, no caso da gente, dos produtores, né? Os produtores se organizam para comprar uma ração, para vender um animal. É um tipo de organização social que facilita a vida do produtor.

Assim, este agricultor considera a associação como uma forma de organização que facilita a compra e venda de animais ou produtos agrícolas, bem como, ajuda na convivência com os demais membros, na busca de parcerias que venham a beneficiar todo o grupo que fazem parte da associação.

Ainda sobre o significado de Associação, o Entrevistado 06 defende que:

É uma coisa boa, porque representa a gente. Se a gente precisar de alguma coisa a associação ajuda, se tá precisando de uma ração o presidente da Associação vai lá e ajuda, comprando uma ração mais em conta e isso tudo é uma ajuda pra gente, porque a ração fica mais barata.

Então, a associação é vista por esse entrevistado como uma forma de cooperação, em que a ajuda do presidente é importante para compra e fornecimento aos associados de materiais para agricultura a um preço inferior comparando com o comércio local. Esta negociação de preço feita pelo presidente da associação e o distribuidor de ração, isso se dá em decorrência da compra de uma grande quantidade de ração, e por esse motivo o preço tende a diminuir e é repassado para os associados pelo mesmo preço que foi negociado com a fábrica, neste caso exemplificado foi à ração.

Os produtores organizados em forma de associação percebem que, o produtor sozinho sai em desvantagem em relação àqueles que estão unidos em busca de melhorias para todos. No caso da compra da ração, o produtor que não é associado na ACCS, compra sua ração no comércio local e paga bem mais caro pela a mesma, e isso vai dificultar ainda mais sua convivência no setor rural.

Já o Entrevistado 07 lembra que “pra mim, associação é um meio de reunir um grupo de pessoas que tem um mesmo objetivo, que visa facilitar seu projeto em comum”. Este pensamento equivale a uma união de agricultores que possuem o mesmo desejo de desenvolvimento para facilitar sua convivência e seu trabalho na agricultura e buscam através do associativismo alcançar seus objetivos.

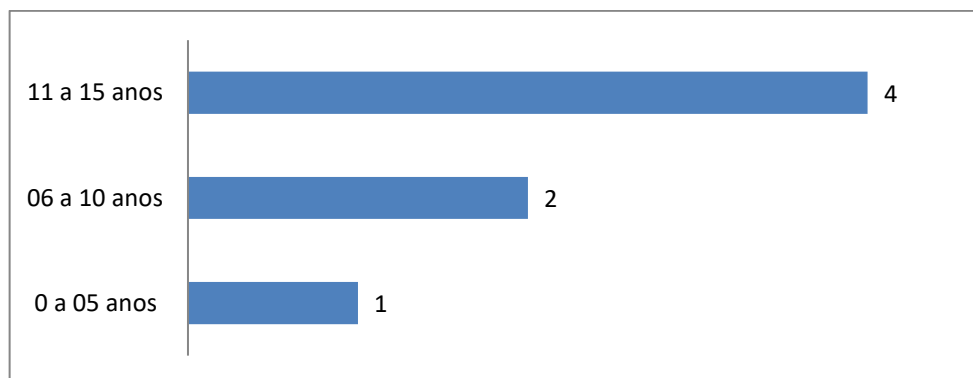
Para reforçar o pensamento dos produtores entrevistados aqui mencionados a Cartilha do Associativismo, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:

A união dos pequenos produtores em associações torna possível a aquisição de insumos e equipamentos com menores preços e melhores prazos de pagamento, como também o uso coletivo de tratores, colheitadeiras, caminhões para transporte, etc. Tais recursos, quando divididos entre vários associados, tornam-se acessíveis e o produtor certamente sai lucrando, pois reúne esforços em benefício comum, bem como o compartilhamento do custo da assistência técnica do agrônomo, do veterinário, de tecnologias e de capacitação profissional (BRASIL, 2008, p. 29).

Ao perguntarmos aos entrevistados se estes participam de alguma associação, todos falaram que participam da ACCS. No entanto, um deles além de participar desta, faz parte de mais duas (uma da comunidade em que reside e da Associação do Sindicato Rural que existe no município). Ou seja, além da ACCS, alguns são associados em associações comunitária da localidade que residem, onde os moradores buscam melhorias para a comunidade.

Quando questionados sobre o *tempo de participação na ACCS*, a maioria afirmou que estão associados a mais de 11 anos, ou seja, fazem parte desta organização desde o seu início, outros estão participando a mais de seis anos e apenas um está associado a menos de cinco anos. Estes dados podem ser observados no Gráfico 4.

Gráfico 4 - Representação de tempo de associação dos agricultores na ACCS



Fonte: Construído com os dados da pesquisa.

Ainda solicitou-se que os entrevistados falassem um pouco sobre a associação e como se deu seu envolvimento na mesma, bem como sua função e colaboração. Assim, o Entrevistado 01 afirmou que está no cargo de tesoureiro a alguns meses, e exerce suas funções em consonância com o presidente, envolvido nas atividades de prestação de contas, aquisição de ração, controle das despesas, e demais ações que são solicitadas, assim como segue em seu relato “[...] eu participo das reuniões e há cinco meses fui eleito para tesoureiro, então eu junto com o presidente fazemos prestações de contas mensais, assinamos cheques para compra de ração e as despesas da associação”.

Já o Entrevistado 03 apresentou que:

Estou mais envolvido do que nunca, do que os outros. Antes eu me envolvia, participava de reuniões, de compra de ração. Passei um tempo sem pagar a mensalidade, mas depois eu botei em dias e nunca fiquei devendo nada não para a associação, e desde o ano passado eu estou à frente da associação como presidente. Aí hoje eu tenho mais responsabilidade lá, porque eu estou representando o grupo.

O Entrevistado 05 fala do seu envolvimento com a ACCS e disse:

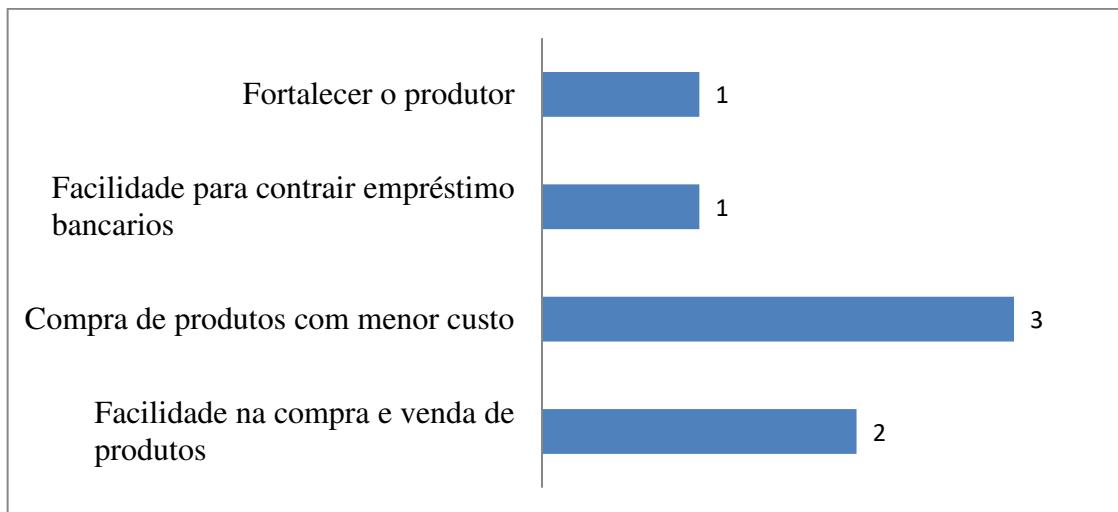
Sou fiscal da associação dessa última gestão, no que depender de mim pra ajudar a associação eu estou sempre aqui. Estou em todas as reuniões, e agora eu tenho mais responsabilidade do que os outros. Agora todos os sócios devem participar, fiscalizar. [...] A associação não tem presidente, tem aquele que representa o grupo todo, são todos iguais e ninguém ganha nada para ser presidente, ninguém ganha dinheiro para ser fiscal.

Diante dos seus relatos percebe-se que esses produtores estão bem engajados em prol da associação, reconhecem suas responsabilidades enquanto membro da organização e principalmente quando se trata de algum cargo que ocupa na mesma, em seus relatos fica evidente que ninguém é melhor que ninguém, mesmo quando um dos associados está ocupando o cargo de presidente ou fiscal, se reconhecem como igual aos demais, só estão ocupando o cargo para representar os demais, deixam claro a importância de todos participarem, fiscalizarem e reconhecer seus direitos e deveres dentro da associação.

Quando perguntado sobre *a contribuição que a associação tem na melhoria da qualidade de vida para o pequeno agricultor rural*, as respostas assemelharam-se, de modo a perceber que todos estão em sintonia em busca de melhoria para produção na agricultura e o crescimento da associação. Com isso, percebe-se que alguns dos entrevistados apresentaram respostas iguais, bem como os mesmos entrevistados apresentaram mais de uma resposta sobre as contribuições da associação na melhoria da qualidade de vida.

Desse modo, a compra de produtos com menor custo foi destacado por 3 dos entrevistados, a facilidade de aquisição na compra e venda de materiais equivalente foi citado por 2 produtores entrevistados, seguidos da facilidade para empréstimos bancários destacado por 1 dos entrevistados, e o fortalecimento do agricultor que foi destacado por 1 dos entrevistados, como pode ser observado no Gráfico 5:

Gráfico 5 - Contribuição da associação para melhoria da qualidade de vida dos associados



Fonte: Construído com os dados da pesquisa.

Neste sentido, a ACCS, é vista pelos seus associados como uma organização facilitadora para a melhoria de vida de suas famílias. Esta que vem contribuindo em vários aspectos para promover a estadia com dignidade dessas famílias no campo, fortalecendo o pequeno produtor rural e incentivando cada vez mais a produção da caprinocultura leiteira como forma de emprego e renda para seus associados.

Em consonância com as falas dos entrevistados, o portal do Ministério da Agricultura diz que:

O associativismo se constitui em alternativa necessária de viabilização das atividades econômicas, possibilitando aos trabalhadores e pequenos proprietários um caminho efetivo para participar do mercado em melhores condições de concorrência. Com a cooperação formal entre sócios afins, a produção e comercialização de bens e serviços podem ser muito mais rentáveis, tendo-se em vista que a meta é construir uma estrutura coletiva das quais todos são beneficiários. (BRASIL, 2016)

No que se refere a outros tipos de organizações já existentes que sugeriram em decorrência da necessidade de organização de grupos de pessoas que precisavam de apoio no

sentido de buscar outras perspectivas de vida e se inserir no mundo do trabalho, destacamos a Economia Solidária, como alternativa inovadora na geração de trabalho e inclusão social. Dessa forma, quando questionados sobre *o significado de Economia Solidária*, com exceção do Entrevistado 01 que afirmou que “significa aquilo que a gente tenta colocar em prática na associação, decidir as coisas juntos, procurar fazer as coisas para que sirva para todos, trabalhar sempre pensando no grupo”, os demais entrevistados afirmaram que não sabiam o significado desta expressão.

Neste momento iniciou-se uma conversa entre o entrevistador e o entrevistado a respeito de como seria trabalhar dentro dos princípios da Economia Solidária, a partir de então foram surgindo questionamentos por parte dos entrevistados assemelhando os princípios da Economia Solidária com o modo como eles se comportam enquanto associados na ACCS.

Após alguns minutos conversando sobre o assunto o Entrevistado 03, fez uma comparação no seu modo de agir enquanto membro da ACCS, e disse que:

É muito gratificante, por exemplo, eu só tomei a frente dessa associação porque eu via que ela não existia isso [...], quem estava à frente queria ser dono, eu entrei para beneficiar os outros e é isso que eu tô fazendo, ajeitei a ensiladeira para servir para o grupo, organizei a compra de ração para os sócios ter uma ração mais barata, isso não existia e não tinha, era possível fazer e não tinha. Por isso eu tô sendo solidário, eu não tô pensando só em mim eu tô pensando nos outros do grupo.

Partindo deste diálogo, os produtores entrevistados passaram a assimilar algumas ações que eles praticavam no cotidiano da organização que eles fazem parte, com a proposta da Economia Solidária que para eles, até então, era um termo estranho do qual nunca tinham ouvido falar, e começam a perceber que existem alguns princípios da ES que eles praticam na ACCS, tais como as decisões que são tomadas em coletivo, as ações desenvolvidas pensando no grupo, ver a associação como forma de organização do grupo, etc.

Partindo desse ponto foi questionado, *como seria trabalhar dentro dos princípios da economia solidária*, os produtores foram identificando o modo como eles agiam enquanto membro da ACCS, e pontuando como seria trabalhar levando em consideração os princípios da ES, o entrevistado 07 em seu relato diz que: “É você produzir, vender, comprar, ou ate mesmo trocar o que necessita para viver, sem tirar vantagem na negociação, na associação nos trocamos ideias, compartilhamos, nos estamos ali pensando no grupo e na melhoria de todos”. Já o entrevistado 04 diz que:

[...] trabalhando na perspectiva coletiva, eu acredito que num tem como trabalhar de uma forma individual numa associação, porque tudo que você for fazer dentro de uma associação é discutido, e no momento que você se individualiza ela para, porque tem uma reunião ela tem que ter mais de uma pessoa para poder ter a reunião, na discussão para melhorar a economia da produção, a gente está correndo atrás pra ver se consegui uma fábrica de ração para beneficiar todos os produtores.

Diante do ponto de vista dos produtores associados na ACCS, percebe-se em suas falas alguns pontos que se identifica com os princípios da ES, no entanto, percebe-se também que existe um individualismo quando a maioria dos associados esperam muito do presidente da associação, ou em outros casos tentam se aproveitarem da boa vontade de algum sócio, como diz o entrevistado 03: “[...] o pessoal às vezes querem se aproveitar, [...] eu vou com o carro para sede da associação onde é distribuído a ração, alguns pedem para eu entregar a ração e não querem ajudar, então acho que todos deviam ajudar”.

Para esse produtor, tem ocasião em que alguns do grupo querem tirar vantagem de alguma situação, e esquecem os princípios de cooperação, união, um ajudar os outros, para que isso não se configure como um querendo explorar o outro. O relato do entrevistado 03 distancia seu comportamento dos princípios da ES, ele se vê no papel de solidário com o grupo, mas percebe em alguns do grupo que existe o individualismo e a exploração, a partir do momento que esperam só dele a iniciativa de entregar a ração no destino de cada um sem que haja ao menos uma ajuda para carregar o carro.

Singer (2002, p. 10) afirma que:

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito a liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda.

Em síntese, a proposta da Economia Solidária visa estimular o desenvolvimento local, valorizar as diversidades, harmonizar a relação do ser humano com o meio ambiente e exercitar a solidariedade, se encarregando de fazer uma articulação entre os interesses individuais aos coletivos. Desse modo a ES é uma forma de organização que poderia organizar grupos de produtores para trabalhar de forma coletiva pensando no desenvolvimento local e do grupo.

No tocante as *políticas públicas voltadas para o produtor rural*, buscou-se identificar seus conhecimentos sobre essas políticas públicas e “os benefícios que estas trazem para

ACCS e seus associados”. Os produtores entrevistados afirmaram que estavam envolvidos nos programas do Leite da Paraíba, Agricultura Familiar, cursos ofertados pelo SENAR, programa de caprinocultura da EMEPA através do governo do estado, Bolsa Família, Garantia Safra e PRONAF. Os produtores entendem que estes são as políticas públicas voltadas para o produtor rural, como seguem em alguns relatos. O Entrevistado 01 identifica como política pública que possa beneficiar a ele e a associação “Agricultura familiar, programas através do SEBRAE, cursos do SENAR, ah e a associação participa do programa do leite, num é uma política pública!”.

Neste caso, esse produtor não tem segurança no que venha ser uma política pública, tendo em vista que cursos ofertados pelo SEBRAE e SENAR não seria uma política pública e sim órgão que através e cursos e capacitações se tornam parceiros do produtor, já o programa do leite faz parte do PAA que é uma política pública voltada para o produtor rural.

O entrevistado 05 é contemplado com mais de uma política pública, no entanto não afirma com clareza que estas seriam políticas públicas, chegando a afirmar que não conhece nenhuma e em seguida relatando algumas delas, assim como segue em seu relato. “Não, seria o poder público comprar a produção do produtor? [...] eu participo do programa do leite, eu faço parte do Pronaf, eu tenho empréstimo do Pronaf, tudo isso eu tenho, bolsa família, elas vem beneficiar o produtor rural”.

Já o entrevistado 07 afirma com segurança que conhece alguma política pública que venha beneficiar o produtor rural, em sua resposta ele diz, “sim, o PRONAF é uma política pública, que elabora projetos com o apoio da EMATER para se beneficiar na agricultura familiar”.

Neste caso identifica-se o Pronaf e a Ater que é uma política pública que leva assistência técnica às propriedades rurais, melhora os processos no trabalho e, conseqüentemente, a qualidade de vida dos agricultores. Essa política pública, no município de Sumé, é desenvolvida em parceria com a EMATER.

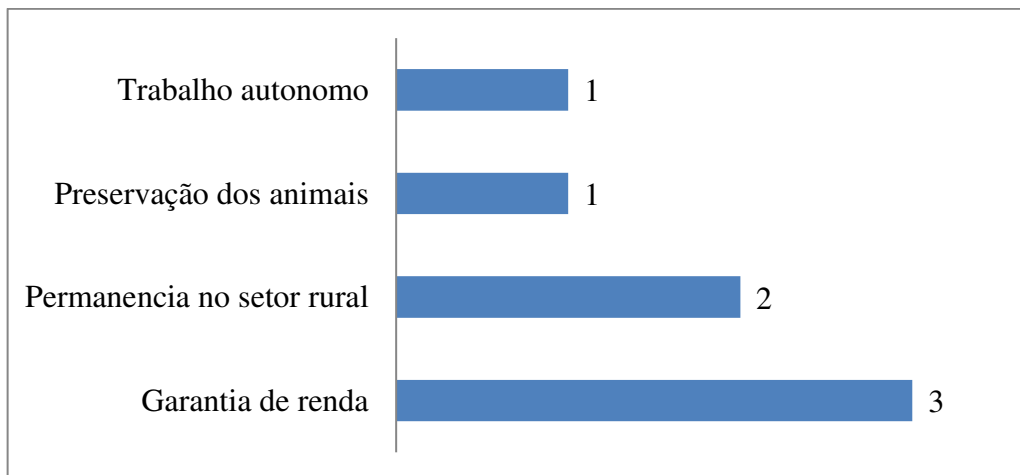
Peres e Martins (2015) afirmam que essas políticas públicas devem reconhecer o fortalecimento da organização social dos trabalhadores, objetivando contribuir para a erradicação da pobreza, reconhecer e fomentar as diferentes formas de organizações e promover a integração de várias políticas públicas, para que deem suporte na busca de entidades de apoio e fomento.

Com foco nas políticas públicas, em especial no Programa de Aquisição de Alimento, a qual faz parte o Programa Leite da Paraíba, questionamos sobre *a melhoria social e econômica para o agricultor e seus familiares através do programa do leite da Paraíba*, onde

100% dos entrevistados afirmaram que houveram melhorias, com toda convicção. Expressando que este fato está envolvendo a manutenção do rebanho, ajuda na permanência da família no setor rural, criação de animais, e também no complemento da renda familiar.

Os produtores destacaram alguns benefícios que o programa trouxe para o desenvolvimento enquanto produtor rural, onde 3 dos entrevistados apresenta que o Programa Leite da Paraíba trouxe uma garantia de renda para sua família, 2 destaca que o programa ajudou na permanência das famílias no setor rural, e os demais destaca a autonomia para desenvolver seu trabalho, como também ajuda na preservação de seus animais, como mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 6 - Benefícios do programa do leite da Paraíba.



Fonte: Construído com os dados da pesquisa.

Ainda, o Entrevistado 05 demonstrou a importância do Programa Leite da Paraíba dizendo que:

Imagina a gente aqui sem esse programa do leite, na situação que a gente tá, a dificuldade que estamos. [...] Eu não sou aposentado. Quem é aposentado tem outra renda, e quem não é o programa é tudo. No dia que acabar o programa do leite eu acho que será um desfalque tão grande para nós, [...] porque se acabar será um desastre.

O entrevistado 06, diz ainda que houve uma melhoria muito boa na sua vida e de sua família, pois, “o benefício que o programa do leite trouxe é que antes eu só vivia pelo mundo [...] atrás de recuso para manter a família, mas graças a deus depois do programa do leite não foi preciso sair mais não, não vivo folgado, mas vivo com a família”.

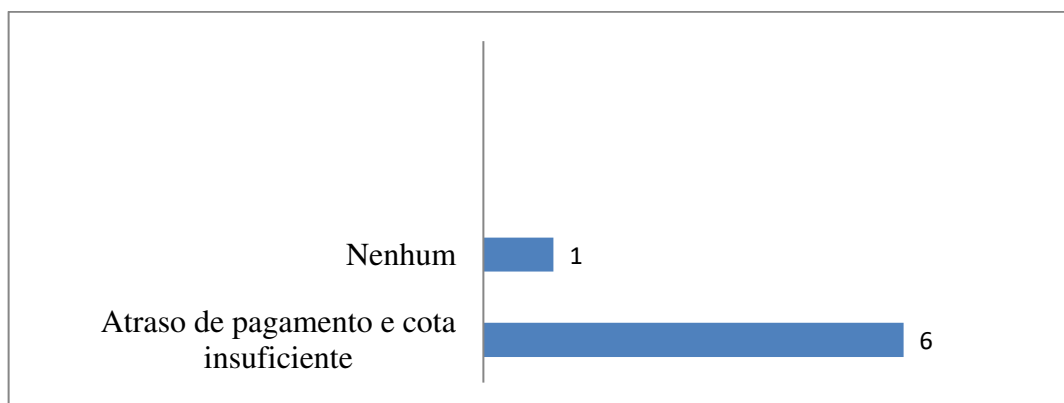
Diante desses relatos, os produtores rurais que fornecem o leite de cabra para o programa, veem nesta política pública a possibilidade de desenvolvimento no setor rural, da geração de emprego e renda e a valorização da caprinocultura leiteira, tendo em vista que o leite de cabra ainda é um produto de pouca valorização no mercado convencional, e com a compra do leite pelos governos estadual e federal para distribuir com pessoas carentes está dando a oportunidade do produtor conseguir o sustento da família através da produção do leite de cabra.

No site do Governo do Estado da Paraíba, no campo da SEDH, conta que o PAA:

Proporciona a agricultura familiar subsídio para a produção através do Programa de Aquisição de Alimentos modalidade: Compra Direta Local da Agricultura Familiar com distribuição simultânea, comprando a produção estabelecida através de acordo entre o produtor da agricultura familiar, o Estado e o governo federal responsável por este Programa (GOVERNO DA PARAÍBA, 2016).

No que diz respeito às *desvantagens ou ponto negativo que o Programa Leite da Paraíba apresenta* foi perceptível que 6 (seis) dos entrevistados afirmaram que o principal impasse acometido com o programa do leite na Paraíba é o atraso do pagamento realizado pelo governo do estado referente à venda do leite de cabra e a cota insuficiente. Apenas 1 (um) dos entrevistados afirmou que não existe nenhuma desvantagem, destacando que só existe pontos positivos que o programa oferta para o produtor rural, como vem mostrando o gráfico 7.

Gráfico 7 - desvantagens referentes ao programa leite da Paraíba.



Fonte: Construído com os dados da pesquisa.

Sobre este fato, o Entrevistado 03 afirma que:

Não temos uma data de pagamento, e a cota, [...] a gente não pode comprar uma coisa e dizer tal dia eu pago, porque a gente não sabe qual o dia que vai sair o pagamento, como um funcionário público, até mesmo com o Bolsa Família, [...] isso é um negócio injusto porque a gente trabalha e não tem uma data certa para receber, e o bolsa família que ninguém trabalha tem uma data certa para receber. É injusto isso!

O entrevistado 04 complementa essa afirmação dizendo que a cota de R\$4.000,00 por semestre estipulada pelo grupo gestor do programa é o principal impasse para viabilidade da venda do leite para o mercado institucional, assim como segue em seu relato: “essa cota é um dos principais pontos negativos, com certeza a gente produz mais do que a gente pode vender para o programa, e para o mercado externo não tem condição de vender porque corre muito risco o mercado tem muito risco, né?”.

Para o entrevistado 06 a maior dificuldade para fornecer ao programa em quantidade suficiente que possa garantir todo o sustento da família é a cota que é limitada a 4.000,00 por semestre para cada produtor, e ele aponta este fato como uma desvantagem do programa quando diz: “Existe uma desvantagem sim! a cota do leite é muito baixa, a gente produz o leite e não tem onde colocar, a dificuldade que eu vejo é isso aí”.

Como mencionado, de acordo com Peraci e Bittencourt (2010), o Comitê Gestor do Programa PAA impõe algumas exigências para que o agricultor familiar enquadrar-se no programa e tenha a garantia de compra do seu produto a preço fixo. Entre as exigências destaca-se o limite do teto financeiro de R\$ 4.000,00 por semestral para cada produtor, e pagando um valor fixo de R\$ 1,79 por cada litro de leite entregue ao programa, isso quer dizer que, para o produtor fornecer leite ao programa durante todo o semestre ele só vai poder vender ao programa 11 litros de leite de cabra por dia. Essa exigência imposta ao agricultor acaba limitando o seu acesso ao programa, tendo em vista que, acaba frustrando e desmotivando o agricultor familiar, fazendo com que o mesmo busque alternativas para sua permanência no campo.

Quando em seus relatos o produtor cita a cota do leite como um ponto negativo do programa, ele está se referindo a esse limite financeiro semestral de R\$ 4 mil por produtor beneficiado, o que faz com eles limitem sua produção.

No caso de atrasos de pagamentos, os recursos financeiros do governo federal para a compra do leite ao produtor são repassados para o estado, onde através da Secretária de Desenvolvimento Humano são feitos os pagamentos aos produtores, pagamentos esses que

deveria ser efetivado a cada quinze dias, embora até o momento não se cumpra um calendário certo para pagamento aos agricultores, e isso também acaba desmotivando a permanência do produtor nesta atividade.

Quando perguntado sobre *os incentivos governamentais voltados para o produtor rural*, o Entrevistado 01 disse que “o difícil é chegar esses incentivos aos produtores que são os que mais precisam, porque trabalham de sol a sol para manter sua família”. Neste relato nota-se que o produto está desacreditado com relação aos incentivos vindo do governo, este afirma que os produtores rurais são uma classe que necessita muito desses incentivos.

O Entrevistado 03 afirmou que:

É muito pouca, poderia ser mais. Tem um incentivo bom que é um bônus de 0,15 que o Governo do Estado dá ao produtor. Deveria ter mais incentivos pelo Governo Federal, aumentando essa cota, e estabelecer uma data certa para o pagamento. Olhar mais para o homem do campo, porque se não fosse o homem do campo os ricos não tinham comida na mesa.

Além disso, o Entrevistado 06 ressaltou que, “eu acho que tem pouco, [...] o governo podia investir mais no homem do campo, [...] porque tudo para ele é mais difícil e parece que as pessoas da cidade têm mais chance que o produtor rural”.

Desta forma, percebe-se a falta de atitudes governamentais no que diz respeito a ações que favoreçam o desenvolvimento do setor e dos produtores rurais, ou a intensificação de alguns que já existem, para que numa época de estiagem como esta que estamos vivenciando não leve a esperança destes produtores de leite de cabra.

Para finalizar indagamos *qual a contribuição do Programa Leite da Paraíba para o dinamismo da economia local e a melhoria de vida da comunidade*, o Entrevistado 01 assegurou que:

Sim, existe uma grande contribuição porque com a venda do leite ao programa, esse dinheiro vai circular no comércio da cidade, quando a gente faz a feira, compra ração, paga a conta de luz, está ajudando o município também, né? E também têm as pessoas que recebem o leite, está ajudando essas pessoas também, porque um litro no comércio é R\$2,50 e essas pessoas que recebem o leite não têm condições de comprar.

O Entrevistado 04 apresentou que:

Com certeza ajuda a desenvolver a cidade, porque no mínimo entra no município 60 a 80 mil reais por mês e esse dinheiro circula no comércio, isso é melhoramento para o comércio, aquece a economia do município. Mas isso vai depender do governo, [...] o anterior criou esse programa, agora é preciso que os outros governos pensem

em melhoria para o programa, para poder continuar contribuindo com o crescimento do comércio.

Portanto os produtores reconhecem que o Programa Leite da Paraíba contribui para o desenvolvimento do comércio local, e principalmente o trabalho que eles desenvolvem no campo, ou seja, com produção do leite de cabra para atender ao mercado institucional, além de ajudar movimentar o comércio local com os recursos adquiridos com a venda do leite para o governo, recursos estes que acaba ficando no município, reconhecem também que estão ajudando a alimentar mais de 600 famílias que recebem esse leite, os sete dias da semana através de doação do governo estadual/federal.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs a analisar as implicações práticas das políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar e o associativismo rural, tendo como foco principal a análise do Programa Leite da Paraíba, onde buscou-se identificar as implicações desta política para a Associação dos Criadores de Caprinos de Sumé/PB e conhecer a percepção dos seus associados acerca dos pontos positivos e negativos do programa.

A forma de organização dos agricultores familiares do município de Sumé que fornecem o leite para o Programa Leite da Paraíba é o associativismo. Sendo que, uma das exigências para participar do programa era que, os sujeitos protagonistas fizessem parte de uma associação ou cooperativa. Esses agricultores motivaram-se a associar-se e fortalecer a Associação dos Criadores de Caprinos de Sumé com a finalidade principal de vender a produção do leite de cabra para o programa, deixando de assimilar a importância da união de um grupo para o crescimento do produtor e do setor rural como todo, ou seja, o fortalecimento do grupo se deu e suas ações são desenvolvidas até hoje em prol do Programa do Leite da Paraíba.

Neste sentido, percebe-se a fragilidade do produtor rural, a falta de conhecimento, de informação, e meios para que possam reivindicar individualmente ou coletivamente do poder público, políticas e ações que possam beneficiar o homem do campo, ou mesmo, saber como buscar as políticas públicas já existentes para este setor, tendo em vista que, na maioria das vezes as políticas públicas existem, mas os produtores nem sempre toma conhecimento de sua existência, nem tão pouco sabe como buscá-las.

Diante dos relatos dos produtores entrevistados no que se refere aos princípios da Economia Solidária, mesmo não tendo consciência desses princípios e mesmo não sendo uma associação voltada para o tema Economia Solidária, identificou-se na fala do produtor que alguns princípios da Economia Solidária estava sendo praticado na ACCS e já fazia parte da rotina dos produtores, dessa forma o associativismo possibilitou o acesso a essa política pública e vem mudando a história desse grupo de agricultores familiares com a produção do leite caprino.

Para uma melhoria nesse setor, os produtores e agricultores familiares carecem de mais apoio, orientações, educação básica e técnica para que no regime do associativismo possam construir novos formatos de participação que permitam a sua atuação enquanto um segmento da sociedade civil organizada que tenha a capacidade de influenciar no conteúdo e no formato das políticas públicas de desenvolvimento rural, e assim encontrar a saída para a

equação de seus inúmeros problemas na medida em que se organizarem e tiverem a capacidade de defender seus próprios interesses.

No tocante as políticas públicas que possam beneficiar o produtor rural, os associados da ACCS apontam o PAA Leite como uma política pública muito importante para o desenvolvimento do setor rural e a fixação do homem no campo, onde através do Programa Leite da Paraíba foi ofertada a oportunidade desses agricultores produzir em suas pequenas propriedades e ter um mercado certo para vender o leite de cabra fruto de seu trabalho e de sua família.

No que diz respeito aos pontos negativos do Programa Leite da Paraíba, foi evidenciado o fato do limite da cota do leite por produtor, onde até o momento cada produtor pode fornecer ao programa a quantia de leite equivalente a R\$ 8.000,00 por ano, o que vem limitar a produção do produtor. A fixação desse limite pode inviabilizar a produção, a comercialização, causar a evasão do produtor do programa e até extingue um programa que, certamente poderá maximizar um importante papel social localmente e no estado.

De fato, apesar dos pontos negativos que o programa apresenta, os maiores avanços promovidos pelo mesmo se observa na economia dos pequenos produtores rurais, na melhoria de sua qualidade de vida pela disponibilidade de mercado para absorver sua produção (leite de cabra). Assim como ganhos significativos para a economia dos pequenos municípios onde os recursos injetados pelo Programa representam um valor considerável que vai circular no comércio local, fazendo com que a fonte de renda dos mesmos cresça.

Sendo assim a Associação dos Criadores de Caprinos de Sumé realiza suas atividades dentro da proposta do desenvolvimento local, tendo em vista que o trabalho dos seus associados é voltado para a caprinocultura, uma das potencialidades da região nordeste e do Cariri paraibano o qual abrange o município de Sumé. Desse modo a produção do leite de cabra destinada para atender o programa do leite contribui para o desenvolvimento econômico e social da localidade.

O desenvolvimento local é uma proposta que exige a participação e esforço de diversos atores, como a comunidade local, o poder público, e os próprios produtores rurais, entre outros. Por isso o incentivo do Estado através de políticas públicas como o PAA Leite pode ser vista como uma política que visa e está contribuindo com o desenvolvimento local do município de Sumé, apesar das deficiências e limitações do programa apresentadas pelos próprios agricultores.

Por fim, torcemos que o poder público veja o homem do campo como uma classe atrativa para se investir e que credite no seu retorno de investimento. Que o poder público

local veja a ACCS como uma organização que vem contribuindo com o desenvolvimento do município, e possam também incentivar esses produtores, através de apoio, capacitações e até a compra do leite para atender a hospitais, delegacias, abrigo de idosos e as escolas para a merenda escolar.

REFERÊNCIAS

AQUINO, J. R.; SCHNEIDER, S.. 12 Anos da política de crédito do PRONAF no Brasil (1996-2008): Uma reflexão crítica. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, v. 1, n. 2, 2011.

BRASIL. Ministério da Agricultura. **Associativismo Rural – MAPA**. 1995. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/cooperativismo-associativismo/associativismo-rural>>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2017.

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. **Associativismo Rural. 2016**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/cooperativismo-associativismo/associativismo-rural>>. Acesso em: 10 de abril de 2017.

_____. Casa Civil. **Lei nº 10.696**, de 02 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 03 jul. 2003. Seção 1, p. 1.

_____. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em 7 de fevereiro de 2017.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Associativismo**. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. – 2. ed. – Brasília: MAPA/SDC/DENACOOP, 2008.

_____. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **RESOLUÇÃO Nº 74, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2015**. DOU de 25/11/2015 (nº 225, Seção 1, pág. 55). 2015. Disponível em: http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/15_12_01_09_21_15_resolucao_n_74.pdf. Acesso em 20 de fevereiro de 2017.

CANIELLO, Márcio, CANIELLO, Nina Toralles e MELO, Wendel José de Lima. Compras Governamentais de Produtos da Agricultura Familiar para a Merenda Escolar no Território Rural do Seridó Paraibano. **Raízes**. V. 36, n.2, p. 82 – 95, jan –dez/2016.

CARNEIRO, M. J. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Estudos sociedade e agricultura**, 2013.

CRUZ, A. Uma Contribuição Crítica Às Políticas Públicas De Apoio À Economia Solidária. IN: **Coletânea de Artigos: ECONOMIA SOLIDÁRIA VOLUME 1**, 2001, pg. 118 a 136.

GIL, Antônio Carlos. **Metodologia de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2010.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversa sobre iniciação à pesquisa científica**. 4ª ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA. Sec. Desenvolvimento Humano – Segurança Alimentar. Sobre o núcleo de segurança alimentar e nutricional. 2016. Disponível: <<http://paraiba.pb.gov.br/desenvolvimento-humano/seguranca-alimentar/>>. Acesso em: 01 mar 2017.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 52, p. 125-146, 2014.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. IN: GRISA, Cátia e SCHNEIDER, Sergio (orgs). **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre. Editora d UFRGS. P. 19 – 50, 2015.

GRISA, C.; WESZ JUNIOR, V. J.; BUCHWEITZ, V.D.e. Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, n. 2, p. 323-346, 2014.

MARTINS, M. et al. Processo de Formação em Economia Solidária e Políticas Públicas para o Fortalecimento da Agricultura Familiar. **Cadernos de Agroecologia**, v. 10, n. 3, 2016.

MATTEI, L.. Evolução do crédito do Pronaf para as categorias de agricultores familiares A e A/C entre 2000 e 2010. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 45, n. 3, p. 58-69, 2016.

MOURA, J. F. P.. **Análise tecnológica e sócio-econômica da produção de leite bovino no Cariri da Paraíba.**/ José Fábio Paulino de Moura – Areia-PB: UFPB/CCA. Doutorado em Zootecnia. Universidade Federal da Paraíba. Areia. 107 f. 2009.

NASCIMENTO, C.. Experimentação/autogestionária: autogestão da pedagogia/pedagogia da autogestão. In: **Educação e reprodução social: as contradições do capital no século XXI**. Bauru, SP: Canal, v. 6, p. 130-166, 2011.

OLIVEIRA, J. A.. **Políticas públicas para agricultura familiar: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no estado de São Paulo, Brasil.** 2016.

OLIVEIRA, A A. R. **As práticas socioeducativas nos empreendimentos econômicos solidários da cidade de João Pessoa, PB:** sentidos e significados sob a perspectiva da formação humana para a emancipação. Doutorado em Educação. Natal, 2016.

PERACI, A. S. e BITTENCOURT, G. A. AGRICULTURA FAMILIAR E OS PROGRAMAS DE GARANTIA DE PREÇOS NO BRASIL: O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). IN: SILVA, José Graziano da, GROSSI, Mauro Eduardo Del, FRANÇA, Caio Galvão de (orgs.). **Fome Zero: A experiência brasileira**. Brasília: MDA, 2010, pg. 191 – 222.

PERES, G.; MARTINS, L. A. S.. Construção e fomento de políticas públicas em economia solidária: a organização do fórum litorâneo de economia solidária. **Raízes E Rumos**, v. 2, n. 2, p. 14, 2015.

RICHARDSON, Roberto Jarry e colaboradores. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3.

ed. São Paulo: Atlas, 2009.

RICHTER, M. L.; SILVEIRA, S. S.. Economia solidária e políticas públicas: resgate para a igualdade social. **Revista Paradigma**, n. 21, 2014.

SANTOS, T. F. R. dos. **CONTRA A MARÉ?** Economia Solidária e Cooperativas de Catadores em meio ao Capital. 2016, 232p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – PPGCS/UFCG, Campina Grande.

SENAES. **Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária – SIES** – Disponibiliza nova base de dados. Boletim Acontece Senaes. Edição especial, 2013. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A416FABB6014173C4E66C7839/Acontece%20SENAES%202013%20-%20n34%20ed%20especial.pdf>> Acesso em: 15 dez 2016.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. A Economia Solidária como ato pedagógico. In: KRUPPA, Sonia. M. Portela (organizadora). **Economia Solidária e educação de jovens e adultos**. Inepe, Brasília – DF. 2005, p. 13-20.

SOARES, P. et al. **Fornecimento de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar:** o exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos. Segurança Alimentar e Nutricional, v. 20, n. 1, p. 41-51, 2013.

TAKAGI, Maya. A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA FOME ZERO EM 2003. IN: SILVA, José Graziano da, GROSSI, Mauro Eduardo Del, FRANÇA, Caio Galvão de (orgs.). **Fome Zero: A experiência brasileira**. Brasília: MDA, 2010, pg. 53– 84.

TONNEAU. Jean Philippe e CUNHA, Luís Henrique. Pesquisas em Desenvolvimento Territorial no Semiárido. **Raízes**. Vol. 24. Nº 01 e 02. P. 45 – 53. Jan/dez/2005.

APENDICE A
ROTEIRO PARA ENTREVISTA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COM
ÊNFASE EM ECONOMIA SOLIDÁRIA NO SEMIÁRIDO PARAIBANO

Roteiro para entrevista

- 1 - Qual seu nome?
- 2 - Qual local que o Sr. ou Sra. reside?
- 3 - Pratica outras atividades além da agricultura? Caso sim quais?
- 4 - Qual a sua principal fonte de renda?
- 5 - Quais atividades exerce na agricultura, e qual é a mais importante para o sustento da família?
- 6 - Para você o que significado de associação?
- 7 - Você participa de alguma associação? De qual e por quê decidiu participar de uma associação?
- 8 - Há quanto tempo esta participando da associação? Fale um pouco sobre a historia da associação e como se deu seu envolvimento com ela.
- 9 - Qual a contribuição da associação para a melhoria da sua qualidade de vida?
- 10 - Qual a contribuição que a associação traz ao pequeno produtor rural?
- 11 - Você sabe o que significa economia solidaria?
- 12 - Como você entende que seria trabalhar dentro dos princípios da economia solidaria?
- 13 - Você conhece alguma politica publica voltada para o pequeno produtor rural? Quais? A associação da qual você participa se beneficia com alguma politica pública? Se sim, com qual, e de que maneira?
- 14 - Houve alguma melhoria social e econômica para você e sua família através do programa leite da paraíba?
- 15 - Quais benefícios o programa leite da Paraíba trouxe para você e sua família?
- 16 - Existe alguma desvantagem/ ou ponto negativo no que se refere ao programa leite da Paraíba?
- 17 - Você esta satisfeito com a forma que o programa do leite vem sendo conduzido?

18 - Com a venda do leite ao programa você conseguiu manter sua família e seus animais?

19 - O que você acha dos incentivos governamentais voltados para o produtor rural?

20 - Você considera que o programa Leite da Paraíba contribui para dinamizar a economia local e a melhoria de vida da comunidade?

APENDICE B
TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Título do trabalho: Associativismo e políticas públicas no meio rural: um estudo de caso na associação de criadores de caprinos de Sumé.

Pesquisador responsável: Aurinete de Melo Araujo

Instituição/Departamento: Universidade Federal de Campina Grande – campus de Sumé/Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase na Economia Solidária

Telefone para contato: (83) 9926 - 1299 / (83) 3353 - 1237

Local da coleta de dados: xxxxxxxxxxxxxx

A pesquisadora do presente trabalho se compromete a preservar a privacidade dos sujeitos cujos dados serão coletados através de entrevistas gravadas. Concorde, igualmente, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução do presente projeto e posteriores publicações acadêmicas. As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas sob a responsabilidade da pesquisadora Aurinete de Melo Araujo.

Sumé, 30 de março de 2017.

Pesquisadora responsável – Aurinete de Melo Araujo
CPF: 027.773.684 – 65

Participantes/colaboradores da pesquisa
CPF: _____._____._____ - ____